

PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 21 DE MARÇO DE 2013

NÚMERO 6.528

**MESA**

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Aldo Schneider

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Carlos Chiodini

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**

Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Dóia Guglielmi

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**

Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente  
José Nei A. Ascarí  
José Milton Scheffer  
Dirceu Dresch  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Mauro de Nadal  
Angela Albino

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Valmir Comin  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Aldo Schneider  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Antonio Aguiar  
**Marcos Vieira**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Gelson Merisio  
Angela Albino  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Valmir Comin  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Dóia Guglielmi - Presidente  
Jorge Teixeira  
Gelson Merisio  
Valmir Comin  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serafim Venzon - Presidente  
Valmir Comin  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Ismael dos Santos  
Narcizo Parisotto

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E DESPORTO**

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Altair Guidi - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**


Angela Albino - Presidente  
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Volnei Morastoni  
Mauro de Nadal  
Altair Guidi  
Gilmar Knaesel

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Nadia Regina Pereira</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 015ª Sessão Ordinária realizada em 13/03/2013.....2 Ata da 001ª Sessão Extraordinária realizada em 13/03/2013..... 12</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ata da Presidência DL ..... 14</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Atas de Comissões Permanentes ..... 15 Aviso de Licitação ..... 16 Aviso de Resultado ..... 16 Mensagem Governamental ..... 16 ..... 16 Projetos de Lei ..... 16</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## P L E N Á R I O

# ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2013

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Aborda o Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Refere-se ao piso salarial regional; registra sua presidência na comissão de Turismo e Meio Ambiente.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Comenta a segurança pública em Balneário Camboriú.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Faz referência ao PL n. 0034/2013, de sua autoria; aborda audiência com o DNIT.

#### Partidos Políticos

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Aborda obras da Cohab; comenta frase do vice-prefeito de Rio do Campo.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Comenta a falta de recursos dos municípios.

**DEPUTADO DADO CHEREM** - Reporta-se ao processo eleitoral no Brasil.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Registra os problemas enfrentados na área da Educação.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Comenta o projeto de prevenção às cheias; aborda os problemas enfrentados pelo setor têxtil catarinense.

#### Ordem do Dia

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Reporta-se ao PL n. 0327/2012, de sua autoria.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Aborda o PLC n. 0003/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que

proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença do vice-prefeito Gilberto Luiz da Silva Azevedo, de São João do Itaperiú e do vereador e vice-presidente da Câmara de Vereadores, José Porpério dos Santos. Desejamos a eles boas-vindas e boa estada neste Parlamento.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar os telespectadores e ouvintes das Rádio Alesc, hoje é dia de recebermos convidados nesta Casa em decorrência do Encontro Estadual de Vereadores que ocorrerá no dia de amanhã. Já recebemos vários vereadores em nosso gabinete. Em especial, quero registrar a visita de vereadores dos municípios de Joaçaba, Papanduva, Blumenau, São Bernardino e Jaguaruna. O nosso muito obrigado a todos estes que nos visitam e que nos trazem as demandas dos seus municípios para que possamos trabalhar por toda Santa Catarina.

Sr. presidente e srs. deputados, ontem tive a oportunidade de, juntamente com o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, reunir-me com o secretário de estado de Assistência Social, para discutir de uma forma bastante pontual e focada o plano estadual de políticas públicas sobre drogas. Na verdade, uma minuta do que está sendo construído através da participação de várias secretarias como a de Saúde, a de Educação, a de Assistência Social, a de Segurança, o nosso Conen - Conselho Estadual de Entorpecentes - e ainda a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Entre os debates fizemos uma rápida avaliação da proposta do governo federal, Crack - É possível vencer. Diga-se de passagem, uma belíssima proposta, mas que ainda está emperrada. Não andou, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que tem acompanhado de perto essa discussão.

Trago aqui algumas preocupações acerca da proposta firmada entre o governo do estado de Santa Catarina e o governo federal que ainda não aconteceram, propostas estas que foram firmadas no ano passado. Como por exemplo, no âmbito da secretaria de estado da Segurança Pública, o compromisso do governo federal de quatro bases móveis de policiamento, câmeras de videomonitoramento, e veículos e motocicletas, que não aconteceram. O ministério da Segurança ainda não sinalizou positivamente nesta área.

Quanto ao ministério da Saúde, no eixo dos cuidados, é proposta do governo federal: o CAPS AD 24 horas, a abertura de 30 leitos no Hospital Regional de São José, e 16 leitos psiquiátricos no Hospital Infantil Joana de Gusmão, ambos aqui na capital, que também não aconteceram.

São algumas preocupações que temos para que de fato o projeto, belíssimo projeto Crack - É possível vencer, que contou com a adesão do governo do estado de Santa Catarina, possa avançar.

Mas, paralelamente a isso, precisamos nos movimentar, e felizmente ontem, graças à abertura que o presidente desta Casa tem dado a esta temática da questão das drogas, pudemos dar um passo a mais na construção desse plano estadual. Um plano que conta também com a parceria do Judiciário. Inclusive, hoje, deverão acontecer encontros entre a Presidência, a Mesa Diretora desta Casa e o Judiciário catarinense, no sentido de que possamos ter a parceria do Fundo Judiciário para algumas ações pontuais neste plano estadual de políticas públicas.

Ele tem, entre os seus objetivos, fomentar ainda mais a questão da intersectorialidade na efetivação destas políticas públicas, elaborar propostas a serem incluídas na construção final deste plano estabelecido, como disse, de uma forma intersectorial, mas há algumas ações bastante pontuais que rapidamente quero compartilhar com todos os nossos catarinenses.

Essas propostas foram levantadas no primeiro encontro estadual realizado no mês de novembro, no estado de Santa Catarina, entre elas, a divisão do estado em seis regiões, para que possamos mobilizar e ter de fato a adesão ao plano em todo o estado. Para algumas ações, hoje, estima-se um investimento de 42 milhões de reais. Eu declino de algumas dessas ações.

Na assistência social: serviço de acolhimento a crianças, adolescentes e idosos. São abrigos, com uma estimativa de beneficiar 159 unidades já existentes, no valor de sete milhões de reais; incentivo à reforma e

readequação para 170 Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS, num valor de R\$ 30 mil por unidade, chegando a um valor de R\$ 5,5 milhões em todo o estado.

Programas de campanhas educativas e publicidade de serviço e assistência social, trabalho de folder, cartilha, enfim, na área da prevenção, R\$ 1,5 milhão.

Incentivo na gestão aos Centros Especializados de Assistência Social, CREAS, R\$ 3 milhões; e ainda o programa de elaboração do próprio Plano Estadual de Política com a implantação de uma rede de referência e contra referência na Coordenação do Cuidado do Dependente Químico; a mobilização e adesão intersectorial das áreas e o cofinanciamento de núcleos regionais de referência na política pública sobre drogas numa perspectiva de R\$ 1 milhão.

Também a capacitação, conforme as normas padrão do ministério da Saúde, feitas por editais com a parceria da Cruz Azul de Blumenau, oferecendo vagas de treinamento em todos os estados num investimento de R\$ 500 mil.

E o coração de toda esta proposta que estamos insistindo ao longo desses últimos dois anos nesta Casa: o realinhamento ou a readequação das comunidades terapêuticas aos padrões do ministério da Saúde, da Senad, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, a própria Anvisa e o incentivo e a reestruturação de comunidades terapêuticas na estratégia adotada neste Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

Há atualmente cerca de uma centena de comunidades terapêuticas. Vamos fazer também uma parceria com a Cruz Azul, principalmente na área de treinamento, e o investimento previsto é de R\$ 11 milhões ainda para este ano no estado de Santa Catarina.

Por fim, sr. presidente, srs. deputados, o Serviço de Acolhimento Provisório para Adultos e Famílias, a famosa Casa de Passagem, em sete regiões do estado, com a construção de 14 unidades, no valor de R\$ 5 milhões e o Serviço de Acolhimento Provisório para Adultos e Famílias, também uma casa de passagem, com o cofinanciamento para implementação das equipes técnicas no atendimento a adultos e famílias no valor de R\$ 5,4 milhões.

Portanto, é um investimento razoável de R\$ 42 milhões para este Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas que esperamos efetivamente comece a funcionar já a partir do próximo mês de abril e, em especial, com o lançamento do edital com chamamento, com a convocação das comunidades terapêuticas que queiram de uma forma espontânea e voluntária se adequar a essa proposta do governo estadual para que possamos ter, de fato, a garantia dessas mil vagas para dependentes químicos no estado de Santa Catarina.

Entendemos que esta Casa tem dado uma grande, uma enorme, uma gigantesca contribuição. Quero agradecer mais uma vez a todos os colaboradores, deputados presentes da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, e esperamos que esta minuta do Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas efetivamente saia do papel e se torne realidade para que tenhamos uma Santa Catarina sem drogas.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Esta Presidência registra a presença da prefeita Ivone Mazutti De Geroni, de Calmon,

e deseja aos seus acompanhantes também as boas-vindas a este Parlamento.

Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, estimadas catarinenses que acompanham esta sessão, ilustres autoridades que também nos visitam nesta tarde, saúdo todos.

Nós aprovamos, agora pela manhã, no âmbito da comissão de Finanças e Tributação o projeto de lei que trata do novo piso salarial para Santa Catarina. Tive a oportunidade de ser relator, deputado Antônio Aguiar, v.exa. também estava lá, votou, e votou favorável, e quero trazer alguns dados que julgo importantes e que vamos aproveitar para divulgar aqui a respeito do piso regional de salário em Santa Catarina.

Primeiramente pela importância que esse piso tem, já que ele atinge cerca de um milhão de pessoas em Santa Catarina. Essas pessoas serão diretamente beneficiadas com esse dado. Evidentemente, além das pessoas que recebem, também há movimentação econômica, mais renda. A elevação do piso também proporciona normalmente a elevação de outros salários, de quem inclusive ganha acima do salário mínimo. O piso interessa aos trabalhadores que têm sua renda aumentada, aos empresários que terão uma ampliação no mercado interno e ao governo que terá sua arrecadação de impostos ampliada sem mexer nas alíquotas.

Inclusive destaquei no relatório e trago aqui a declaração:

(Passa a ler.)

“É possível afirmar que a política de aumento do valor real do salário mínimo tem dois objetivos fundamentais. O primeiro seria atacar o problema representado pela pobreza extrema. O aumento da variável serviria para promover uma alta das remunerações inferiores, aproximando-as do que corresponderia ao valor de subsistência de uma família. O segundo objetivo seria a diminuição do grau de desigualdade na distribuição de renda.”

Existem quatro faixas salariais pela Lei estadual, e houve um aumento de 9,28%, 9,29% numa faixa, e duas faixas com 9,37%. Portanto, em números redondos houve 9,33% de reajuste. Talvez não seja tudo o que deveria ser, com certeza. Deveria ter sido maior, mas foi o reajuste negociado entre as diversas categorias dos trabalhadores e dos empresários.

Quando o governador remeteu o projeto, seguindo disposição legal, para esta Casa, ele o fez após a negociação - e inclusive está anexada nos autos - havida entre as federações de empregadores, trabalhadores, centrais sindicais, que chegaram a esse entendimento, inclusive determinando o ganho real.

Temos uma inflação de cerca de 6% e tivemos um reajuste de 9,3% em média, o que, portanto, dá um ganho real. Uma política que entendemos que todo o ano deve prosseguir, a exemplo do que se faz com o salário mínimo nacional, que é a recuperação do poder de compra para distribuir melhor a renda no país.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado, gostaria de parabenizar v.exa., que

foi o relator do projeto, pela explicação aos trabalhadores do que significa esse aumento.

Quero dizer aos catarinenses que a reunião de hoje da comissão, presidida pelo deputado Gilmar Knaesel, transcorreu com tranquilidade e todos votaram favoravelmente. Parabéns pelo relato de v.exa.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado, v.exa. que acompanhou a reunião.

Nós aguardamos apenas serem ultimados os trâmites internos das comissões para que depois o projeto venha ao plenário a fim de fazermos a aprovação final, com efeito retroativo à 1º de janeiro, conforme dispõe a lei e a própria negociação.

Queria aproveitar para fazer mais um registro. Trata-se da definição das comissões técnicas, conforme entendimento com as bancadas. E, depois da confirmação dos membros da comissão de Turismo e Meio Ambiente, fomos reeleitos para a função de presidente da mesma. Pretendemos ao longo deste ano continuar os trabalhos que já fazíamos no ano passado com relação ao turismo e meio ambiente em Santa Catarina, convidando autoridades que venham no âmbito da comissão expor as suas plataformas e ouvir as nossas ideias, propostas e sugestões.

Estou apresentando, inclusive na próxima reunião, a sugestão da vinda do secretário de estado do Turismo, Cultura e Esporte e do presidente da Fatma, para que venha nos falar do andamento da análise das licenças ambientais, que tem sido um tema diversas vezes debatido nesta Casa. Então, pretendemos dar andamento, deputado Padre Pedro Baldissera, a esses trabalhos que estamos desenvolvendo na comissão de Turismo e Meio Ambiente e nos sentimos satisfeitos de termos sido reconduzido mais uma vez à presidência dessa importante comissão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Neodi Saretta, com certeza v.exa. tem representado muito bem este Poder através da comissão de Turismo e Meio Ambiente, e com confiança fará um grande trabalho em nome do Parlamento catarinense na referida comissão.

O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL.

Queria, hoje, tratar de dois assuntos, duas preocupações. Uma relacionada à educação em Balneário Camboriú, uma das maiores cidades de nosso estado, melhor em qualidade de vida, mas que ainda precisa de alguns investimentos e o outro assunto é a questão das BRs, principalmente no oeste catarinense, a BR-282 e a BR-163 em situações precárias e que necessitam de urgente atuação do DNIT, do governo federal.

Em Balneário Camboriú participamos há poucos dias da reunião da Associação de Moradores do Bairro das Nações, presidida pela Vera, presidente muito ativa, combativa e lá presente estavam várias autoridades municipais, vereadores. Foi primeiramente discutida a questão da segurança pública, deputado Antônio Aguiar, - sei de seu empenho pela segurança pública - com a presença do delegado Jorge e do comandante, já com algumas posições no sentido de melhorar o policiamento, sendo que já determinou algumas

rondas e a solicitação de mais efetivos, de 40 novos policiais militares para o município, que é o pedido de todos os municípios.

Naquela reunião falou-se também na questão da educação. Balneário Camboriú, hoje com mais de 130 mil habitantes fixos, fora a temporada quando chega a 700 mil pessoas, infelizmente possui apenas um colégio de ensino médio do estado no centro da cidade. E nós temos bairros que são verdadeiras cidades, como o bairro das Nações e o dos Municípios e a grande reivindicação da comunidade é a extensão dos cursos de ensino médio, principalmente à noite, para os bairros. Essa reivindicação já foi encabeçada pelo vereador Pedro Francez, que faz uma brilhante atuação na Câmara de Vereadores. O município já disponibilizou uma área próxima à rua Paraguai e a nossa reivindicação, como moradores do referido município, é a construção.

Temos visto, deputado Antônio Aguiar, grandes obras na área da educação com a construção de colégios em vários municípios do estado, por exemplo, em Chapecó e há poucos dias em Jaraguá do Sul, lá no extremo oeste, uma obra muito grande de um colégio estadual. Investimentos como esses nos deixam muito orgulhosos. Mas temos muitos municípios precisando dessas obras, como é o caso de Balneário Camboriú, um município forte, com arrecadação própria e uma das maiores, senão a maior, renda *per capita* do estado, mas o estado tem que dar a sua contribuição. Temos colégios municipais como poucos ou talvez nenhum igual no estado de Santa Catarina que é o caso do colégio Ariribá. Mas precisamos também dessas obras por parte do estado.

Então, já que nós mobilizamos, oficiamos, solicitamos ao secretário da Educação essa atenção e um investimento num colégio estadual maior e descentralizado. Temos o Colégio João Goulart, o Maria da Glória, mas queremos um no bairro das Nações ou no bairro dos Municípios. Seria muito importante no bairro das Nações.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-lo, deputado Maurício Eskudlark, pelo seu trabalho realizado em todo o estado de Santa Catarina, principalmente em Camboriú. V.Exa. merece, realmente, o respeito, principalmente da comunidade de Balneário Camboriú e Camboriú, onde sua atuação se faz com muita eficiência.

Mas o motivo de eu estar pedindo um aparte a v.exa. é parabenizá-lo por ser presidente da comissão de Segurança Pública. Parabenizá-lo e dizer que a Segurança Pública está em boas mãos.

Parabéns deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado deputado Antônio Aguiar, de quem temos o orgulho e a satisfação de participar da nossa comissão, era previsto até para ser o vice-presidente. E acho que com todo o mérito, com todo o reconhecimento que abriu mão do espaço. Temos de vice-presidente o nobre deputado Carlos Chiodini, que também é um grande conhecedor da área e muito empenhado nesta questão.

Considero muito importante o governo do estado fazer esse investimento na área da educação em muitos municípios do estado. Como disse, eu não sabia da obra em Guarujá do Sul, que orgulha a população, que orgulha os catarinenses.

Estivemos em Chapecó, Nova Trento, juntamente com o governador Raimundo Colombo na reinauguração, após a reforma, do colégio estadual. E muitos investimentos estão ocorrendo no nosso estado nesta área. Até quero parabenizar o secretário da Educação pelo seu trabalho dinâmico. Vi o contato dele com os professores, com os alunos, o empenho, a dedicação e a confiança que recebe, porque muito mais do que querer comandar tem que ter essa sensibilidade e o respeito das pessoas. E o secretário tem e muitas obras estão encaminhadas.

Queremos ver nosso Balneário Camboriú com o novo colégio estadual no bairro das Nações ou no bairro dos municípios, mas principalmente no bairro das Nações.

E enquanto não se constrói, que o estado viabilize a possibilidade nos colégios já existentes da implantação do 2º Grau. Claro que queremos que construam, que tenhamos um espaço adequado para os nossos alunos, mas enquanto não se constrói uma obra própria, vamos utilizar os colégios existentes, deputado Dóia Guglielmi, e racionalizarmos o tempo. O pior que podemos ver é um colégio à noite com as luzes apagadas e alunos querendo utilizar o colégio. Temos como racionalizar o espaço físico disponível e fazermos a implantação do 2º Grau em mais colégios no município de Balneário Camboriú, que é uma reivindicação nossa e de todos, e foi motivo da indicação do vereador Pedro Francez. Esperamos que a secretaria do Desenvolvimento Regional e a secretaria da Educação deem a atenção necessária.

Meu segundo tema seria sobre as BRs, e se houver a possibilidade, eu retorno para falar desse assunto no horário dos Partidos Políticos, no horário do nosso partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o sr. deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Valmir Comin, com a palavra o sr. deputado Jailson Lima.

(Pausa)

O deputado Jailson Lima cedeu o seu espaço ao deputado Padre Pedro Baldissera, que irá fazer uso da palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, obrigado também deputado Jailson Lima, por ter atendido a minha solicitação.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para trazer presente, e desde já pedir o apoio de todos os parlamentares e de nossas deputadas, a um projeto de lei que dei entrada nesta Casa, o Projeto de Lei n. 0034/2013, que estabelece a isenção do pagamento de pedágios nas rodovias estaduais e federais para as pessoas da terceira idade, sendo elas proprietárias do veículo no momento em trânsito ou quando são passageiras.

Estou aproveitando um projeto de lei que esta Casa votou o ano passado, tratando da isenção de pedágio para as pessoas do município de Palhoça que têm a necessidade de trafegabilidade nessa rodovia. Entendemos que a terceira idade ou a partir dos 65 anos, os nossos idosos, na condição de passageiros ou de motoristas, têm amparo legal no Estatuto do

Idoso, no seu art. n. 39, que assegura aos maiores de 65 anos gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos. Entendemos, então, que esse direito assegurado no Estatuto do Idoso possa também contemplar, quando da utilização de rodovias estaduais ou federais, a isenção de pagamento de pedágios. É um direito que deve ser ampliado para que a terceira idade possa usufruir o máximo possível e também garantir a sua qualidade de vida para uma vida plena.

Toda pessoa idosa possui um histórico de consumidor e de contribuinte, por isso, entendemos que na sua faixa etária faz-se justiça com a isenção, no momento que fizer uso ou utilizar-se das rodovias estaduais ou federais, do pagamento de pedágio. Essas pessoas não somente já contribuíram ao longo de sua história e de sua vida, como também pelo fato de a aposentadoria estar defasada, necessitam, mais do que nunca, de um amparo por parte de uma legislação no sentido de poderem usufruir e ao mesmo tempo ampliar o seu direito. Por isso nós nos baseamos na premissa constitucional de que direito tributário é matéria sujeita à competência legislativa concorrente.

Neste sentido entendemos, amparado na Constituição federal, que é de direito ilegítimo a apreciação de matérias dessa envergadura, tanto na esfera do estado quanto da própria federação. Assim sendo, entramos com esse projeto de lei para buscar contemplar aquilo que está garantido no Estatuto do Idoso, como também o direito de ir e de vir, tanto na rodovia federal quanto na estadual, com a isenção do pagamento do pedágio.

Gostaria, desta forma, de contar com todos os nobres pares que fazem parte do Parlamento catarinense, no sentido de, através desse projeto de lei, garantirmos também esse direito às pessoas da terceira idade ou a partir dos 65 anos.

Gostaria também de trazer presente que na tarde de ontem estivemos reunidos no DNIT para dialogar, conversar com o superintendente João José dos Santos, para buscar informações quanto ao andamento das obras em várias rodovias federais, como da BR-282, a complementação da ampliação no município de Xanxerê, onde já estão sendo retomados os trabalhos, o andamento da duplicação de trechos que ligam Chapecô ao extremo oeste, a São Miguel d'Oeste, especialmente da rodovia 163, São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, e da SC São Miguel d'Oeste a Itapiranga, contemplando também a ponte do rio Uruguai, que liga Itapiranga à Barra do Guarita.

Então, nos próximos dias o DNIT estará emitindo a Ordem de Serviço da BR-163 - São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, nas tratativas da federalização do trecho que liga São Miguel d'Oeste a Itapiranga. Já foi feito o estudo da viabilidade daquela rodovia, sendo aprovada e acatada pelo DNIT, e esperamos que nos próximos meses possamos avançar com a apresentação do projeto técnico para, posteriormente, fazermos o encaminhamento da tão necessária rodovia que liga toda a faixa de fronteira à BR-163.

Então, foi uma audiência muito produtiva na qual tivemos a presença de várias lideranças daquela região, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores tratando dessa questão importante para o desenvolvimento da região da faixa de fronteira do extremo oeste.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário

destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até quinze minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, primeiro quero justificar minha ausência nesta Casa ontem, em decorrência de um roteiro que construímos com o novo presidente da Cohab, o ex-prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt, na região do Alto Vale. Assim que ele assumiu a presidência, fui fazer uma visita cordial e nós já estávamos há algum tempo tentando discutir com a Cohab a questão habitacional e não conseguíamos evoluir.

Dona Ema, por exemplo, é um município que em 1996 recebeu uma doação de uma área plana de 3ha, no centro, e agora a Cohab teria que devolver o terreno para a prefeitura, porque até hoje nada foi feito. Fizemos o convite ao ex-prefeito Ronério para fazer essa agenda em vários municípios do Alto Vale. Então, quero, publicamente, pedir que a deputada Dirce Heiderscheidt leve ao seu marido a nossa deferência e elogio pela sua agilidade.

Estivemos no município de Rio do Sul, onde há área de terra, são pequenos lotes onde poderá ser feito o centro de educação infantil. Estivemos também em Ibirama onde há um chamamento de 50 habitações e nada foi encaminhado ainda por parte do município. Em Pouso Redondo há uma área comprada pela Cohab, que precisa ser colocada em funcionamento, porque buscamos parceria com a Caixa Econômica, já encaminhada, e só para o Alto Vale temos em torno de 500 habitações já asseguradas e temos que agilizar isso.

Em Pouso Redondo, Dona Ema, Presidente Nereu estamos fazendo convênio para essas construções. E aí como o Ronério está indo para a região do planalto, fiz uma solicitação para o nosso prefeito de Mafra, onde o vice-prefeito é do PMDB e o prefeito do PT, e o Ronério estará discutindo com o prefeito tendo em vista que lá há uma área de mais de cem mil m<sup>2</sup>, que a Caixa Econômica e o governo federal, dentro do programa de moradia de 0 a 3 salários mínimos, estará definindo para o estado de Santa Catarina 20 mil habitações que poderão ser assinadas ainda este ano.

No entanto, está faltando agilidade. E acredito que agora isso vai mudar, pois o prefeito de Presidente Nereu, há 20 dias esteve na Cohab, e a proposta da empresa é que a prefeitura compre os lotes a R\$ 10 mil cada um e a soma dos lotes não valem isso. Acho que finalmente a Cohab terá a sua função efetiva encaminhada. Assim, parabênz ao sr. Ronério pela sua agilidade de estar na estrada vistoriando e tentando encontrar soluções.

O mesmo estamos fazendo com os órgãos federais, a exemplo da Fatma. Convidamos o seu presidente, Gean Loureiro, para agora, ainda no mês de março ou na primeira semana de abril, fazermos um evento no alto vale, onde estarão também demais deputados, visando à liberação de projetos na área de piscicultura, avicultura, suinocultura, eis que isso ajudaria na geração de emprego. Também com relação aos loteamentos que precisam de aprovação da Fatma, porque ali há uma máquina burocrática, mas sabemos que se houver vontade, haverá agilidade.

Gostaria de ler uma frase que está no jornal *A Notícia*, dita pelo vice-presidente nacional do PSDB, muito embora tenha certeza de que os deputados do PSDB aqui desta Casa não pensem desta forma, até porque o PT tem

aliança com o PSDB em Santa Catarina. O vice-prefeito de Rio do Campo, cujo prefeito é PT, é PSDB, e a frase do Alberto Goldman, no seminário do partido, foi a seguinte: "Ou nós acabamos com o PT, com este domínio autoritário; ou eles acabam com o Brasil."

Deputado Antônio Aguiar, como é que pode alguém assinar e dizer uma frase dessa num momento em que o Brasil está indo para a quinta economia mundial, um país que vive a fase de pleno emprego enquanto a crise internacional assola o mundo e desemprega.

O Brasil é um país que começa a construir a sua hegemonia em políticas públicas e que está fazendo o maior programa de habitação do globo terrestre, organicamente subsidiado pelo governo. Como é que podem querer acabar com um partido que constrói um programa como o Bolsa Família e tira 30 milhões de brasileiros da linha da miséria? Um partido que tem na sua base aliada e como vice-presidente o PMDB? E, inclusive, o próprio PSDB fará parte desse arco de aliança.

Como é que pode acabar com um partido que gera uma liderança do mundo contemporâneo desse século como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecido internacionalmente.

Inclusive, deputado Romildo Titon, vou até lhe dar uma informação em primeira mão. Se até amanhã não sair o novo Papa, o Lula será chamado no Vaticano porque ele vai ajudar nessa escolha. Tenho absoluta convicção, deputado Neodi Saretta, de que ele irá conciliar aquilo, porque a igreja precisa se renovar.

Então, fazer a afirmação de que é preciso eliminar o Partido dos Trabalhadores porque somos autoritários? Somos nós que estamos construindo os conselhos deliberativos deste país, do ponto de vista da economia e indústria, em que há, por exemplo, uma liderança, do PIB econômico brasileiro, como a Gerdau? O Brasil é um país que está gerando esperança para o povo brasileiro.

É lógico que entendemos que, às vezes, essas frases são ditas no afã de um palanque. Mas temos claro, como representantes do PT - e somos minoritários nesta Casa, estamos em apenas sete deputados -, que o debate democrático é importante para construir cidadania.

Agora, terão que penar muito para acabar com esse PT, porque uma vez teve alguém aqui que ousou dizer que tínhamos que ser eliminados. No entanto, foi o contrário. Elegemos o presidente Lula, depois nós o reelegemos e elegemos a presidente Dilma Rousseff. Queremos, em 2014, manter esse arco de aliança para, através dele, continuar abrindo esperança de eliminar de vez, de forma radical, a miséria deste país, criando escolas, universidades, centros de inovação tecnológica, a exemplo dos recursos que estão sendo colocados agora. Como diz a presidente Dilma Rousseff, temos que fazer o bolsa família da inovação tecnológica do Brasil porque não dá para desenvolver um país sem ter conhecimento e investimento em educação e, principalmente, em inovação.

É isso que este partido está fazendo. O Partido dos Trabalhadores, que no passado foi um partido odiado, incompreendido e, principalmente, discriminado pela mídia e pela imprensa, a exemplo do que continua sendo feito... Ou vão dizer que a imprensa nos trata de forma igualitária? De forma alguma! Quando acontece algum problema e o culpado é alguém ligado ao Partido dos Trabalhadores, fazem questão de grifar na frase que é do PT. Quando o culpado é de outro partido, nem se sabe de

onde é e faz-se questão de fazer sumir do cenário de forma rápida. Mas assumimos os problemas e temos que assumir também aquilo que fazemos por este país.

Portanto, sr. Alberto Goldman, fique tranquilo. As nossas bases são sólidas, os nossos compromissos e comprometimentos com o povo brasileiro continuam sendo sólidos e, principalmente, com mudanças deste Brasil, a exemplo do que temos em Santa Catarina.

Estamos iniciando, hoje, 33 seminários em Santa Catarina, começando por Florianópolis na data de hoje, para debater as eleições internas do PT.

O PT é o único partido em que o regimento diz que 50% da sua Executiva tem que ser obrigatoriamente de mulheres. Isto é uma inovação em que na Executiva, se o presidente for do sexo masculino, a vice-presidente tem que ser do sexo feminino. Isso não é estabelecer cotas, isso é inovar no sentido de dizer para as mulheres ocuparem o seu espaço também e criar espaço para que elas ocupem.

Nós, que acabamos de passar o Dia Internacional da Mulher, a quem temos a deferência de homenagear sempre, temos que registrar que na última década quase 50 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Isso é o equivalente a mais óbitos do que houve na Guerra do Vietnã em quase uma década. Isso significa dizer que temos que evoluir muito e é o Partido dos Trabalhadores que está garantindo essas mudanças.

Por isso, faço questão de fazer esse registro. E o seminário que estamos construindo no estado para discutir as eleições da nova presidência este ano será feito com maturidade, tentando construir consensos, diminuir dissensos e aprofundar o debate, compreendendo as visões de partido, mas sem transformá-las na essência da decisão da escolha dos nossos dirigentes.

É por isto que nós nos consolidamos, porque não somos um partido de caciques, somos um partido que reconhece lideranças. Porém não são elas apenas que definem os destinos do partido, a exemplo de muitos outros. E não pensem que a decisão do PT de Santa Catarina, no ano que vem, virá de cima para baixo como alguns imaginam, ou algumas imaginam. Temos que deixar muito claro que é na construção partidária que consolidamos o PT neste país e aqui em Santa Catarina. Partido que nos orgulha porque está construindo a diferença neste Brasil. Num primeiro momento, tendo como vice-presidente José Alencar, figura saudosa do cenário Brasileiro, e agora uma figura da estatura política do Michel Temer, nosso vice-presidente da República. Pessoalmente, tenho a posição de que em 2014 deverá ser a figura que continuará com a nossa presidente Dilma Rousseff...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, hoje vou registrar desta tribuna o que já me reporte em outras oportunidades a respeito dos municípios brasileiros, mais precisamente do nosso estado de Santa Catarina.

A cada dia que passa estamos recebendo prefeitos e vices, vereadores,

reivindicando recursos para os municípios. E isso não é segredo para aqueles que já tiveram a oportunidade de ser prefeito e aqueles que estão exercendo os cargos de prefeito, vice e vereador.

Nas últimas décadas, principalmente nas duas últimas, aumentou a responsabilidade de serviços públicos nos municípios brasileiros: municipalização da saúde, municipalização da assistência social, Conselho Tutelar, e uma série de outras atividades que foram municipalizadas ou transferida a responsabilidade aos municípios. O que do ponto de vista funcional é bom, porque a eficiência do serviço público no município se torna mais eficaz. É mais fiscalizado pelos próprios vereadores, pela própria população, pelo Ministério Público, por outros órgãos que acompanham mais de perto, ou seja, estão mais próximos do ente público municipal.

No entanto, a contrapartida, que são os recursos, acabou não acontecendo na mesma proporção dos serviços transferidos aos municípios. Cada vez mais há concentração de recursos, por vários fatores que vieram acontecendo desde a criação dos fundos de estabilização, que se transformaram em impostos e que não foram compartilhados com os estados e municípios. Ou seja, o dinheiro não aumentou na mesma proporção. Pelo contrário, medidas que do ponto de vista do consumidor são interessantes, como redução de alguns impostos nos últimos tempos, a redução do IPI da linha branca, de automóveis, não beneficiaram os municípios. Acontece que esse dinheiro, ou seja, essa redução de impostos também foi tirada dos municípios, o governo federal não tirou só da parte deles, tirou dos municípios também. Mais uma vez os municípios foram penalizados.

Quando fazemos um debate sobre determinado assunto, por exemplo, educação, chegou-se à conclusão de que no Brasil a educação tem que ser em período integral. É verdade, se quisermos diminuir os problemas nas crianças, nos adolescentes, nos jovens, principalmente pelo período que ficam sem atividade e acabam indo para outros caminhos, como o das drogas, entre outras coisas, precisamos de fato programar com mais celeridade o período integral.

Esse período integral na educação não pode ser apenas para colocar o estudante em meio período na sala de aula e outro meio período ficar ocioso, ele tem que ter atividade, tem que ter oficina de trabalho, seja de esporte, de lazer, de cultura, oficinas de música, de língua, de esportes entre outros. Mas para isso, também é verdade que precisa mos de recursos, pois há mais necessidade de pessoal, há mais necessidade de espaço físico, há necessidade de um controle maior de fiscalização, inclusive nos finais de semana.

Se nós pensamos num Brasil mais evoluído, com mais conhecimento, com menos problemas em nossos presídios esse é um dos caminhos. Mas para fazer isso é preciso dar condições aos municípios e mais uma vez esbarramos na falta de recursos.

Portanto, o Brasil precisa urgentemente que as nossas autoridades federais, o Executivo e o Legislativo, fazer esse debate com mais celeridade e fazer, de fato, um pacto federativo em que os municípios possam ter uma receita melhor, compatível com os investimentos e com as despesas. Há essa necessidade que os municípios tenham a condição mínima de recursos para fazer frente a esses serviços, a esses trabalhos e a esses investimentos que são inerentes à execução dessas atividades para, então, termos uma situação mais evoluída.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PCdoB.

(Pausa)

Na ausência do PCdoB, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Chereem, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREEM - Sr. presidente, mesmo não estando escalado para falar em nome do partido, ocupo a tribuna na tarde de hoje, e saudando v.exa. quero saudar os srs. deputados e as sras. deputadas.

Gostaria de dizer, sr. presidente, estivemos, na segunda-feira, em uma reunião em Brasília, na Unale, onde fomos representar a Assembleia de Santa Catarina, nomeado pelo presidente Joares Ponticelli, e discutir novamente o processo eleitoral no país, esse sistema que hoje existe e através do qual todos nós disputamos.

Lá, sr. presidente, falamos sobre a unificação das eleições, tema esse que teoricamente tem causado pouco interesse da população, mas com certeza é um tema muito pertinente porque ele acaba mexendo no dia a dia das nossas ações como governantes, e principalmente no resultado da cobrança da população de modo geral.

Tenho ouvido muito aqui nesta tribuna, sr. presidente, sobre a asfixia que têm passado os governos municipais, os governos estaduais, e não quero apontar o dedo para nenhum partido, porque isso é histórico, é cultural no nosso país, mas não dá mais para ficarmos fazendo de conta que este modelo federativo, este modelo de redistribuição de impostos é o mais correto.

No nosso entendimento, sr. presidente, tenho conversado com muitos deputados estaduais, a situação dos demais estados não é diferente, das mais diversas cores partidárias, deputado Silvio Dreveck, não importa se é do nosso partido, se é de outro, se é de A, B ou C. Todos os governadores estão com uma dificuldade muito grande, imaginem aqueles prefeitos de cidades pequenas que têm dificuldades de toda sorte.

São dois temas, sr. presidente, de extrema relevância, de extrema importância, porque nós estamos falando de um processo eleitoral que eu considero hoje perverso, não condiz mais com a realidade da política brasileira, da transparência, da necessidade de respostas rápidas e objetivas por parte do poder público e também essa redistribuição de recursos tão importantes, principalmente para os pequenos municípios.

Vejam bem, srs. deputados e sras. deputadas, que o estado de Santa Catarina, que sempre foi modelo, que sempre foi exemplo em várias áreas, passou por um momento muito difícil nos meses de janeiro e fevereiro, quando enfrentamos uma verdadeira guerrilha urbana patrocinada por marginais enclausurados.

Então, sr. presidente, isso são coisas de um mundo em mudança e nós também temos que mudar. As pessoas, hoje, querem respostas mais rápidas das nossas ações. Eu confesso aos senhores e senhoras que quando comecei na vida pública, em 88, quando conseguia, deputado Silvio Dreveck, uma entrevista numa rádio AM, eu ganhava o mês, porque assim ia conseguir me comunicar com a população, dizer o que estava fazendo com o meu mandato de vereador. Aquilo era uma alegria para todos nós.

Hoje, com o advento das mídias sociais, deputado Jailson Lima, v.exa. que é um apaixonado por tecnologia de inovação, a população nos cobra por segundo o nosso mandato. Eles querem saber o que é que estamos fazendo, onde estamos, e de que maneira estamos fazendo aquele ato tão importante para a população.

Então, com o advento da tecnologia nos cobrando o nosso mandato, a nossa postura, temos, sim, que ser rápidos em nossas respostas, e ninguém, deputado Neodi Saretta, o sr. que foi prefeito sabem muito bem, vai ser rápido com esse modelo de eleição a cada dois anos. Quando termina uma eleição, já se pensa na seguinte. E a prova está aí, testemunhal, nós acabamos a eleição lá no Rincão, em Criciúma e Campo Erê, e já estamos falando na reeleição da presidente Dilma e do governador Raimundo Colombo. Nem acabou 2013 já estamos falando na eleição de 2014.

Então, srs. deputados e sras. deputadas, acabou um processo eleitoral, começa outro. Como iremos à casa de um eleitor pedir voto se não temos condições de dar uma resposta para uma criança que precisa de um exame em um hospital?

Srs. deputados, sras. deputadas, a nossa postura, hoje, tem que ser diferente. O nosso processo eleitoral tem que ser objetivo, temos que dar respostas à sociedade de uma maneira, pelo menos, honesta, decente, transparente.

De que maneira eu acredito que se faça isso? É a unificação das eleições. Não dá, deputado Antônio Aguiar, para em 2013 estar pensando na eleição de 2014, em 2014 estar pensando na eleição de 2016, se as pessoas querem de nós resultados para as suas mazelas, as suas dificuldades. Como é que posso estar numa segunda-feira, às 10h, na rua pedindo voto, se tem um pai de família que, às vezes, não tem um prato de comida para botar à mesa, srs. deputados! Isso não quer dizer que a unificação das eleições vai resolver todos os problemas, mas pelo menos o governante terá mais tempo para poder administrar o seu município, o seu estado ou a união.

Quando aceitei esta missão do deputado Joares Ponticelli de encabeçar este movimento de unificação, tinha o conhecimento de que seria um longo caminho. Para v.exas. terem uma ideia, srs. deputados, sras. deputadas, segunda-feira conversei com o deputado Décio Lima e pedi que interferisse para conseguir uma audiência com o deputado Henrique Fontana, que é o relator da revisão do processo eleitoral, para sabermos se o Congresso vai ou não vai pautar esse tema. Em tese, está pautado para o dia 9 de abril, mas também para dezembro, e até agora não foi votado.

Então, o que temos que fazer: primeiro, unificar as propostas, deputado Antônio Aguiar, existem mais de 100 projetos de lei, também PECs, sobre o processo eleitoral, para depois praticar a eleição.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-lo, nobre deputado Dado Cherem, pela colocação importante e especialmente nos representar no processo das eleições.

Hoje, uma eleição a cada dois anos custa bilhões de reais. Temos realmente que fazer uma economia para o povo, acima disso. Fazer, principalmente, que os mandatos sejam unificados.

Acho que essa proposta é muito importante entre outras e várias propostas que são apresentadas.

É muito importante a sua colocação de levar o relator dessa PEC na Câmara dos Deputados para que possamos ter uma posição concreta das eleições. Parabéns pelo tema, deputado Dado Cherem. O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Quero deixar bem claro que a Unale não quer, em hipótese alguma, tirar o trabalho dos congressistas, legitimados pelo voto, muito pelo contrário, a reforma política compete a eles fazer. De que maneira será feita? Eles é que vão dizer isso. O que queremos é que pautem isso; que digam que vão fazer e que vão votar a reforma política.

Srs. deputados, estou entrando com uma moção de apoio que será entregue ao presidente do Congresso e ao relator deputado Henrique Fontana, e todas as Assembleias do Brasil também o farão, comprometendo-se com esse tema, mesmo que tenham opiniões contraditórias. É válido o debate, mas que pelo menos digam se vai ser votado para que os deputados decidam esse tema tão importante como é a reforma tributária, com é a discussão do pacto federativo, inclusive o deputado Silvío Dreveck trouxe aqui e outros deputados têm trazido esse assunto tão importante nesta Casa.

Então, srs. deputados e sras. deputadas, estamos apenas esperando a possibilidade de uma audiência com o relator Henrique Fontana para que possamos ir a Brasília discutir com ele esse tema.

Fica desde já, sr. presidente, também o convite aos demais deputados que queiram participar dessa caravana.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício Romildo Titon, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense. A educação é, sem dúvida nenhuma, uma das pautas mais importantes que temos na Assembleia Legislativa.

Nós, como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto juntamente com a vice-presidente deputada Luciane Carminatti e outros membros, temos uma jornada difícil, uma jornada de muito trabalho e de muita dedicação.

Temos certeza de que a educação é, sim, o pilar dos nossos sonhos, do crescimento, do desenvolvimento, do futuro da nossa nação que são as crianças, os jovens e adolescentes. Nós, deputados da bancada do PMDB, na terça-feira, recebemos a visita do eminente secretário Eduardo Deschamps. E quero parabenizá-lo pela maneira como conduz seu trabalho, levando os recursos para as escolas, e até para os pais dos alunos, num projeto importante, o pacto da educação, com R\$ 500 milhões disponíveis.

Todas as ideias que tivermos no sentido de ajudar a desenvolver a educação são importantes. A educação em Santa Catarina é uma das melhores do país, e vamos fazer com que seja a melhor do país. Mas para isso precisamos de trabalho e dedicação. Precisamos discutir todos os assuntos pertinentes à educação, como o salário do

professor, a formação do professor para torná-lo apto a dar uma aula para que verdadeiramente os alunos possam aprender, as boas condições das escolas, a reforma das mesmas.

É importante que todos os alunos de Santa Catarina tenham *notebooks*, como acontece em Canoinhas. Existem cinco mil alunos em Canoinhas e, em todas as escolas, nos mais distantes rincões do município, há internet.

Quero deixar o meu abraço ao secretário da Educação de Canoinhas, que teve a competência de fazer com que a educação do município se projetasse em relação aos demais municípios do estado.

Não é somente a educação que precisa funcionar, mas também a saúde. No planalto norte do estado, está-se implantando a base da saúde. O que significa isso? Significa que devemos aumentar o número de credenciamento de alta complexidade em todo o estado de Santa Catarina. O governo federal precisa dispor recursos para que consigamos realmente implantar a descentralização na saúde, que é o credenciamento de alta e média complexidade nos municípios do interior.

No planalto norte, há um consórcio intermunicipal, através da SDR de Canoinhas, que funciona muito bem. É verdade que foi preciso criar condições para isso. Primeiramente é preciso que o hospital da região tenha condições para atender a população, condições como: uma UTI com capacidade para 10 leitos, que faz com que a demanda da população da região seja atendida; uma ressonância; uma tomografia computadorizada; arco cirúrgico para os ortopedistas; neurocirurgia. Inclusive, no último sábado tivemos uma cirurgia de emergência realizada com sucesso pelo neurocirurgião de Canoinhas.

É isso que nós precisamos. Levar os profissionais competentes, especialistas para o interior. E eles vão para o interior, sim, desde que tenham condições de executar seu trabalho, caso contrário não vão, vão ficar nas capitais. E não adianta importar médicos do exterior para vir atender no Brasil. Nós, médicos, no Brasil temos capacidade de atender toda a população do Brasil, pelo número e pela qualidade dos médicos que temos hoje.

É verdade que as universidades têm que ter mais qualificação para a formação dos médicos. Reconhecemos isso, mas esse é um problema também educacional, temos que fazer com que as faculdades tenham excelência no ensino médico de nossas universidades.

Então, como estava relatando, no nosso município temos carrinhos de anestesia novos para dar condições aos anestesistas. Temos um sobreaviso que funciona 24h, na SDR de Canoinhas temos plantão de anestesia 24h no hospital Santa Cruz; temos sobreaviso de cirurgia geral 24h; de ortopedia 24h; neurocirurgia 24h. E o que significa isso? Significa que todos os pacientes que necessitarem de uma cirurgia de emergência terão uma equipe especializada para fazer essa cirurgia. Não precisamos sobrecarregar Joinville, Florianópolis e Jaraguá do Sul. Estamos tentando resolver o problema da saúde do planalto norte. E como? Levando alta complexidade para a nossa região.

E é isso que nós precisamos do governo federal, que ele invista em alta complexidade. Quero dizer ao secretário Dalmo Claro de Oliveira que ele tem nas mãos um credenciamento de alta complexidade em traumatologia e ortopedia para o município de Canoinhas. Tem também nas mãos o pedido de

alta complexidade em oncologia para São Bento do Sul, deputado Silvio Dreveck, v.exa. também fez seu pedido juntamente com este deputado; em Mafra temos alta complexidade na Maternidade Dona Catarina Kuss, onde temos excelência em obstetrícia e neonatologia; temos UTI de neonatologia funcionando com um perfeito corpo clínico para dar solução aos problemas; temos o pedido de Mafra de alta complexidade para o hospital São Vicente em cirurgia bariátrica, enfim são três pedidos importantes para a nossa região.

É isso que nós queremos. Queremos aporte do governo federal para a nossa região. Aporte financeiro! Discutir os problemas de saúde já o fizemos. Nós queremos ações dos governos federal e estadual voltadas aos municípios para que consigamos melhorar as condições de saúde dos nossos pacientes. E temos, sim, essa responsabilidade, é no dia a dia que precisamos estar preparados para resolver problemas de exames, por exemplo.

Recebi correspondência da SDR de Canoinhas de que precisamos de um aporte financeiro, de atenção especial, dr. Dalmo Claro de Oliveira, um remanejamento financeiro para as AIHs do hospital Santa Cruz, que hoje é um hospital de referência e tem capacidade diferente de atender os pacientes. Nós temos o pedido de R\$ 350 mil para a resolução de exames de laboratórios, de ultrassonografia, de ressonância magnética e de tomografia computadorizada que estão em repressão no município de Canoinhas e no planalto norte. Precisamos de aporte financeiro para resolver esses problemas. O estado, sim, tem responsabilidade, dr. Dalmo Claro de Oliveira, de ajudar os nossos municípios. Desde outubro do ano passado que não recebemos atenção da saúde na SDR do município de Canoinhas e na SDR do município de Mafra.

Precisamos, sim, que essas reivindicações sejam atendidas. Saúde se faz com trabalho, com dedicação, e nós temos que fazer a nossa parte.

Estamos aqui falando dos nossos problemas da saúde no planalto Norte e pedindo que os governos federal e estadual ajudem os municípios, pois são eles os grandes penalizados, são eles que estão investindo 23% do seu orçamento em saúde. Precisamos que essa participação seja compartilhada, principalmente com o governo federal, onde a Emenda n. 29 foi aprovada, mas foi diluída. Temos que fazer com que os nossos impostos, como disse o deputado Silvio Dreveck, retornem as nossas bases.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de, em primeiro lugar, deputado Manoel Mota, agradecer ao governador Raimundo Colombo.

Estivemos num almoço na Casa d'Agrônoma onde o governador Raimundo Colombo recebeu os 14 prefeitos do vale do Itajaí e do médio vale do Itajaí e da Associação dos Municípios, Amvi, quando tratou, entre outros assuntos, da construção do novo Presídio Regional de Blumenau.

Primeiramente, ele agradeceu ao presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, que intermediou esta audiência. O governador Raimundo Colombo, com muita

celeridade, ouviu os prefeitos, as suas angústias em alguns aspectos. E juntamente com eles tomou uma decisão muito importante para o médio vale do Itajaí no que tange à questão do sistema prisional.

O governador e a Associação do Médio Vale do Itajaí assumiram o compromisso de elaborar em conjunto um estudo técnico para identificar uma área adequada para o presídio. E é importante a participação de todos os parlamentares, a participação da sociedade, a participação dos prefeitos, a participação de todos aqueles que detêm mandato para, acima de tudo, ajudar a construir o novo Presídio Regional de Blumenau. Não importa se o presídio será em Blumenau ou numa cidade vizinha, o importante é que o estudo técnico seja respeitado.

Realmente fico muito feliz com a coragem e a vontade do governador Raimundo Colombo de resolver isso com os 14 prefeitos, tomar uma ação em conjunto, porque temos os recursos garantidos para a execução desta obra. São cerca de R\$ 22 milhões que devem ser investidos para criar mais de 1.200 novas vagas, que serão utilizadas para a relocação dos detentos que já estão no Presídio Regional de Blumenau e para novos detentos tanto no regime semi-aberto como no regime fechado. É importante que este presídio seja construído porque hoje, lamentavelmente, por uma questão histórica, o Presídio Regional de Blumenau pode, sim, ser considerado o pior presídio, a pior estrutura de presídios do nosso estado. E nós temos que mudar essa realidade.

Portanto, o governador Raimundo Colombo tem este compromisso e espero que, tanto a equipe técnica da secretaria de Defesa do nosso estado como os técnicos da Amvi, possam buscar um local adequado e fazer com que esta obra realmente saia do papel. O governador, a secretária Ada De Luca, os prefeitos têm este compromisso com a região. E nós, deputados do vale do Itajaí, temos certeza do compromisso de tentarmos de alguma forma colaborar para que esta obra aconteça. Obra que está prevista no PAC.

Repito, são cerca de R\$ 22 milhões que serão investidos nesta área a ser localizada. Há necessidade de uma área de aproximadamente 50 mil metros quadrados que receberá um investimento para as novas 1.200 vagas no sistema prisional. E isso é algo muito importante.

Aliás, quero aproveitar, srs. parlamentares, para fazer um registro, sobre o Pacto por Santa Catarina. O governador Raimundo Colombo vem correndo muito, lutando, tendo apoio da própria presidente Dilma Rousseff, desta Casa, dos parlamentares, da sociedade como um todo, para construir esse Pacto por Santa Catarina, que representa um investimento de aproximadamente R\$ 7 bilhões no estado, é o maior pacote de investimentos na história de Santa Catarina.

Investimentos como do Presídio Regional de Blumenau, do sistema penitenciário, investimentos na saúde, na educação, na infraestrutura do estado, que com certeza vão mudar a trajetória, vão mudar a cara de Santa Catarina e, por isso, quero parabenizar o governador Raimundo Colombo pela coragem, pela audácia de ter começado o seu trabalho dizendo que "primeiro temos que governar o governo, primeiro temos que fazer o dever de casa", e o governador fez isso, governou o governo, fez o dever de casa, verificou a capacidade de endividamento do estado, buscou fontes de financiamento no país, financiamento com o BNDES, recursos a fundo perdido do governo federal, e até financiamentos do BID, que são recursos

internacionais. Isso tudo forma esse pacote de aproximadamente R\$ 7 bilhões de investimentos em várias áreas.

E um dos problemas que terá grandes investimentos será a seca no oeste, e também o trabalho de prevenção de cheias no vale do Itajaí. E um dos problemas que terá grandes investimentos será a seca no oeste, e também o trabalho de prevenção de cheias no vale do Itajaí.

Por isso, antes de falar da prevenção de cheias, quero agradecer às sras. deputadas, aos srs. deputados, que fazem parte da comissão de Defesa Civil, por terem me conduzido à presidência da mesma, juntamente com o deputado Aldo Schneider como vice-presidente, para que possamos realmente trabalhar no sentido de estabelecer novas ações nas políticas públicas de defesa civil, trabalhar incentivando os municípios a implantar defesa civil, e também fiscalizar e colaborar com o trabalho da secretaria de Defesa Civil para evoluirmos nessa questão.

No Pacto por Santa Catarina temos aproximadamente R\$ 600 milhões previstos para serem investidos no vale do Itajaí na mitigação de cheias, na prevenção de cheias e desastres naturais. E como presidente da comissão de Defesa Civil, vou trabalhar de forma muito forte nesse aspecto, para que realmente esse projeto saia do papel. Projeto que era o antigo Projeto Jica que fala da questão da elevação das barragens, contratação de radar meteorológico, construção de novos canais, novas barragens, seja no vale do Itajaí, seja na foz. Na região de Brusque, deputado Ciro Roza, também estão previstos investimentos através do Projeto de Mitigação de Cheias e Desastres Naturais. Então, a nossa comissão vai trabalhar muito nesse sentido e também combater os efeitos da seca no oeste. São ações que estão previstas no Pacto por Santa Catarina, e tenho certeza de que teremos muito trabalho pela frente nesse sentido.

Espero contar com o apoio desta Casa, e agradeço novamente a todos os deputados, às sras. deputadas pelo apoio para que este deputado assumisse a presidência da comissão, que vai ter um papel fundamental para amenizar o problema que tanto aflige Santa Catarina, com pessoas perdendo a sua vida, perdendo bens materiais, enfim, são vários tipos de problemas e a comissão de Defesa Civil tem um papel muito importante no sentido, como já falei, não apenas de fiscalizar, mas também de ser parceira, de auxiliar a secretaria da Defesa Civil num trabalho muito forte nas questões que envolvem não só o oeste catarinense, não só o vale do Itajaí, mas todo o estado com essa questão de desastres naturais. Temos que trabalhar muito para poder amenizar as situações que ocorrem em nosso estado.

Normalmente, as pessoas mais humildes e que menos têm condições de se proteger são as que são mais afetadas, são as que têm menos poder aquisitivo para se recuperar no momento de um desastre, seja um destelhamento, perda da casa, alagamento, deslizamento de terra, enfim, várias coisas acontecem e essa comissão vai ter que trabalhar de forma forte para buscar e dar apoio aos catarinenses e também apoio à secretaria da Defesa Civil.

Além dessa questão, já que o tempo me permite, sr. presidente, queria também pedir aos srs. parlamentares e às sras. parlamentares o apoio a um requerimento que estamos apresentando nesta Casa, que pretende criar uma frente parlamentar de apoio ao setor têxtil de Santa Catarina.



Esse setor emprega aproximadamente 170 mil trabalhadores. Então, temos que trabalhar no sentido de fazer com que ele volte a ser forte como sempre foi, permitindo que haja uma política econômica que valorize as empresas, as indústrias, no sentido de garantir às empresas que paguem um salário digno ao trabalhador, fazendo com que esse setor que realmente sofre muito com a questão cambial, com o preço alto do algodão, com o mercado internacional e com a concorrência desleal se mantenha vivo, continuando a empregar em Santa Catarina e a representar a força econômica de nosso estado.

Esse setor é muito forte não somente no vale do Itajaí, no norte catarinense, como também em todo o estado, seja a grande indústria, a pequena facção, seja o lojista que depende efetivamente do ramo têxtil, que tem um papel vital para a economia catarinense.

Temos que ficar de frente com a realidade atual e tentar, de alguma forma, colaborar para que esse setor continue sendo forte; trabalhar pela desoneração da carga tributária nesse setor; trabalhar no sentido de desonerar a mão de obra na economia nacional, pois temos que fazer um movimento para que a economia do setor têxtil continue forte, empregando, gerando renda, pagando salários dignos ao trabalhador, porque essa é a melhor forma de se fazer a distribuição de renda, e garantir um salário digno ao trabalhador que tem que sustentar a sua casa, a sua família e que ganha o seu pão no dia a dia, através do seu suor.

Desta forma, quero muito pedir aos srs. parlamentares e às sras. parlamentares o apoio na aprovação desse requerimento, criando essa comissão permanente, para que possamos apoiar o setor têxtil, seja desde o litígio entre uma empresa que tem dificuldades com os trabalhadores, buscando o apoio a eles, como também na desoneração da carga tributária para fortalecer o setor e permitir que possamos ter salários dignos aos trabalhadores do setor têxtil.

Repito, são cerca de 170 mil pessoas que trabalham nesse setor em Santa Catarina e que precisam ter uma economia forte, para poder continuar sustentando a sua família e garantindo qualidade de vida a todos.

É para isso que queremos aprovar esse requerimento, criando esse fórum permanente, essa frente parlamentar, deputado Joares Ponticelli, em defesa do setor têxtil que tanto precisa e que é tão forte para toda a economia catarinense.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0017/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0338/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0397/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a Ordem do Dia começou um pouco antes do horário e solicito a v. exa. que chame os deputados em seus gabinetes para que possamos votar o projeto do piso regional de salários de Santa Catarina, haja vista a conversa que tive hoje com vários líderes desta Casa. Este é um pedido dos trabalhadores, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Nobre deputada, a matéria encontra-se extra-pauta, trata-se de uma lei complementar. Então, esta Presidência faz um apelo para que os srs. deputados que encontram-se em seus gabinetes desçam para garantirmos o quórum para votação dessa matéria, que exige quórum qualificado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0019/2012, de autoria do sr. deputado Carlos Chiodini, que institui, no âmbito do estado de Santa Catarina, o Dia de Combate à Intolerância Religiosa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0038/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que padroniza a velocidade máxima permitida na passagem de veículos automotores por redutores eletrônicos instalados nas rodovias e estradas estaduais e municipais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0141/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que determina a inserção de mensagem nas faturas dos serviços e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0326/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que dispõe sobre a proibição da utilização de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som no modo alto-falante dentro dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0327/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre a expedição de carteira de identidade aos portadores de deficiência visual em Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero esclarecer que recebi a visita de alguns deficientes visuais e aproveitei para registrar a incoerência de que eles são vítimas. Por exemplo, mesmo com laudo comprovando deficiência visual, para fazer a fotografia para a Carteira de Identidade, o cidadão tem que tirar os óculos. Muitos deficientes visuais, às vezes, por causa de um tumor nos olhos, ficam sem o globo ocular e vieram reclamar do constrangimento que sentem de ter que tirar os óculos para provar que são cegos.

Então, isso é uma aberração, mas como quem faz a expedição da Carteira de Identidade não tem esse bom senso, resolvi fazer esse projeto de lei para que o deficiente visual, ao fazer sua Carteira de Identidade possa optar por permanecer com os óculos, porque hoje, obrigatoriamente, precisa tirar os óculos.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0376/2012, de autoria da bancada do PMDB, que cria a

Semana Estadual da Consciência Negra no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0084/2013 e 0085/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0086/2013 e 0087/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0088/2013, 0089/2013 e 0090/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0091/2013, 0092/2013 e 0093/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0094/2013 e 0095/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0096/2013, 0097/2013, 0098/2013 e 0099/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 0134/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0135/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0136/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0137/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0138/2013 e 0139/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0140/2013 e 0141/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0142/2013, 0143/2013, 0144/2013, 0145/2013 e 0146/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0147/2013 e 0148/2013, de autoria do deputado Edison Andriano; 0149/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0150/2013, 0151/2013, 0152/2013 e 0153/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0154/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Pedido de Informação n. 0014/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Fazenda, solicitando informações sobre o número de servidores da secretaria da Agricultura e Pesca que estão à disposição da Cidasc e são beneficiados pela Lei n. 12.665/2003.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0015/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc -, solicitando informações sobre o número de servidores da secretaria de estado da Agricultura e da Pesca, que estão ou estiveram, há mais de três anos, à disposição da Cidasc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0016/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, solicitando informações sobre o número de servidores da secretaria da Agricultura e da Pesca que estão à disposição da Cidasc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0003/2013, de origem governamental, que altera o art. 1º da Lei Complementar n. 459, de 2009, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que específica.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, já tivemos a oportunidade de utilizar hoje a tribuna em Breves Comunicações para abordar este projeto. Mas quero, por deferência da nossa líder, deputada Ana Paula Lima, apenas fazer alguns registros importantes em nome da nossa bancada.

O primeiro é sobre a importância do piso regional de Santa Catarina, um piso que abrange, hoje, cerca de um milhão de trabalhadores. E além daqueles trabalhadores diretamente envolvidos que recebem o piso, a tendência é que se possa puxar o reajuste para outros salários. Nós sabemos que a melhor distribuição de renda se dá pelo aumento de renda, pelo aumento da massa salarial e, consequentemente, pelo maior poder de compra e maior poder de distribuição.

É bem verdade que os valores talvez não sejam aqueles que se sonha ainda como salário mínimo, como piso estadual, mas o reajuste está acima do período inflacionário, que foi em torno de 6%. O reajuste ficará na faixa de 9.3% para cada uma das faixas e foi negociado entre as federações de trabalhadores e as federações empresariais, junto com as centrais sindicais e com o Dieese. Enfim, houve toda uma negociação antes de ser encaminhado esse projeto que reajusta praticamente o piso para a homologação desta Casa.

Então, gostaríamos de registrar a importância do piso, muito embora, como eu disse, poderiam ser valores maiores, mas foram valores negociados a duras penas, é bem verdade, e que reajustam acima da inflação.

Portanto, encaminhamos, como já foi nas comissões, pela aprovação. Ele tem efeito retroativo a partir de 1º de janeiro e por isso o quanto antes o aprovamos aqui nesta Casa melhor será. E parabenizo v.exa. por ter incluído esta matéria já no dia de hoje!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência registra a presença do prefeito de Sangão, o querido amigo Castilho Silvano Vieira que participa da nossa sessão na tarde de hoje.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, srs. dirigentes das diversas centrais sindicais aqui presents, neste momento em que votamos o valor do piso regional para este ano de 2013 nesta Assembleia Legislativa, gostaria de parabenizar todos os trabalhadores que se envolveram nesse processo de construção dessa lei estadual há três anos. E sabemos - pois o acompanhamos - que não foi um processo tranquilo e consensual no primeiro momento.

Mas queremos dizer também da nossa alegria, sr. presidente, porque nesse momento está-se votando um projeto sem nenhum dissenso, sem nenhuma dificuldade, com a celeridade que as comissões desta Assembleia Legislativa trabalharam, as comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Também quero parabenizar v.exa., os presidentes, os integrantes de comissões e também o governador do estado, que criou uma situação que hoje está harmonizada e existe uma política nesse sentido em Santa Catarina. E torcemos para que se possa valorizar cada vez mais.

Mais uma vez, parabéns a todos os trabalhadores, aos dirigentes sindicais das diversas centrais e a todos os trabalhadores que construíram essa conquista para os assalariados de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o presidente da comissão de Finanças, que também agilizou.

Esta Presidência quer cumprimentar v.exa., deputado Gilmar Knaesel, o deputado Mauro de Nadal bem como o deputado Marcos Vieira, que foram os três presidentes de comissões que atenderam ao clamor das entidades que aguardavam, dando a resposta que esta Casa deveria dar, até em função do atraso que tivemos da instalação das comissões.

Penso que sob o comando de v.exas., a quem agradecemos, esta Casa dá a resposta que os trabalhadores catarinenses esperavam, e merecem, na tarde de hoje.

Parabéns e concedo a palavra a v.exa., deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, em meu nome e em nome da bancada do PSDB, através do meu líder, deputado Dóia Guglielmi, quero também dar o meu voto favorável a esse consenso.

Gostaria de dizer, em nome da comissão de Finanças, que o relator foi o deputado Neodi Saretta, que fez um bom trabalho. Ele recebeu o projeto na tarde de ontem e hoje de manhã já apresentou o relatório.

Mas, acima de tudo, quero dizer que essa é uma conquista e que a Assembleia Legislativa teve uma grande participação. Se hoje vivemos esse momento entre a classe trabalhadora e a classe empregadora de conseguir harmonicamente o piso regional nas diversas categorias, a Assembleia Legislativa teve uma participação inicial no debate, na proposta e até na questão da votação da lei, e hoje temos essa possibilidade. Mas falta, sr. presidente e srs. deputados, agilidade para que esse projeto não chegue à Assembleia Legislativa já atrasado, porque em que pese que houve um atropelo aqui na Casa quando da instalação das comissões, o projeto também só veio para cá no mês de março, quando na verdade deveria ter vindo no final do ano passado, para votarmos esta matéria ainda antes de encerrar o ano e, assim, tanto a classe empregadora como a classe trabalhadora pudessem ter a garantia e a certeza do novo piso salarial.

Quero registrar que o nosso piso mínimo chega a R\$ 765,00, quando o piso nacional é de R\$ 660,00, se não me engano, deputado Ciro Roza. Ou seja, 15% em média maior do que o piso nacional. É uma referência que precisa ser feita porque mostra a consciência da classe trabalhadora no sentido de termos salários dignos para os nossos trabalhadores em Santa Catarina.

Então, em nome do PSDB, votamos favorável, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria de enaltecer o diálogo e o trabalho realizado junto às centrais sindicais que tiveram a habilidade de chegar a esse entendimento junto à classe empresarial.

Quero enaltecer esse trabalho e reforçar as palavras do deputado Gilmar Knaesel, que me antecedeu, no sentido de que esta Casa teve no primeiro momento o papel de elaborar essa legislação. Mas eu gostaria de reforçar a importância, muito embora nós reconheçamos que este é um diálogo entre patrão e empregado.

Mas a pergunta que eu faço é onde fica o governo do estado nesse aspecto? Ou seja, o salário mínimo regional em Santa

Catarina precisa ser compreendido como uma política de estado. Isto é, uma política de distribuição de renda e de fortalecimento do poder aquisitivo dos catarinenses.

Portanto, é fundamental que o estado também diga como vê esse processo, se posicione e contribua para que cada vez mais possamos ter a elevação desse salário mínimo regional, porque é uma forma justa, rápida e eficaz de distribuir a renda aos catarinenses.

Eu sonho muito que o estado tenha um papel mais atuante no sentido de que se torne uma política de governo, e não um referendo a uma legislação já existente.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Luciane Carminatti.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Antes de conceder a palavra à deputada Ana Paula Lima, esta Presidência solicita que os srs. deputados que não exerceram o direito de voto que o façam. Solicito também a todos que permaneçam em plenário, porque com a aquiescência dos líderes, na sequência vamos encerrar esta sessão e convocar outra para votar a matéria em segundo turno.

Portanto, assim que ouvirmos a deputada Ana Paula Lima e o deputado Edison Andrino, vamos encerrar a presente sessão, e convocar outra para votar o segundo turno da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do PT é favorável ao projeto. Mas quero justificar a ausência de dois deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores: o deputado Volnei Morastoni, que se encontra em Brasília, no ministério da Saúde e o deputado Dirceu Dresch, que lutou muito por este projeto e que se encontra no município de Chapecó fazendo um grande debate com os agricultores lá na Fretaf.

Era isso, sr. presidente!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, além de cumprimentar v.exa. como presidente desta Casa, quero cumprimentar as comissões envolvidas, o governo, as federações, as centrais sindicais. Isso é fruto do diálogo, é fruto do resultado de um trabalho feito democraticamente pelo governo, pelos empresários e pelos trabalhadores de Santa Catarina.

Esta Casa teve um papel importante exatamente em aprovar a matéria

desde o momento em que chegou aqui. Como disse o deputado Gilmar Knaesel, é importante que isso venha a tempo, é importante que venha no momento adequado.

Quero cumprimentar v.exa. e a Casa pela maneira como conduziu e a celeridade com que aprovou esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência comunica, com muita alegria, que a América do Sul conseguiu eleger um papa. O cardeal argentino Jorge Mário Bergoglio foi eleito Papa, o novo líder da Igreja Católica.

Em votação a matéria.

A votação sera nominal por processo eletrônico.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Foram 26 votos "sim", nenhum voto "não", nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra para as 16h17.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h17, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda a situação do pelotão da Polícia Militar de Palma Sola

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Comenta a suspensão do Decreto n. 1.357 por 90 dias; refere-se às eleições internas do PT.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Registra a presença da prefeita de Calmon; comenta a implantação de curso de segundo grau em Balneário Camboriú; aborda o caos nas BRs 282 e 163.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar n. 0003/2013, de origem governamental, que altera o art. 1º da Lei Complementar n. 459/2009, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina piso salarial para os trabalhadores que especifica.

Está aberto o painel para a votação nominal.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim

DEPUTADO RENO CARAMORI  
DEPUTADO ROMILDO TITON  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES  
DEPUTADO SERAFIM VENZON  
DEPUTADO SILVIO DREVECK  
DEPUTADO VALMIR COMIN  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 24 votos "sim".

Nenhum voto "não".

Nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo

turno.

Fim das matérias constantes da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, público presente neste Poder na tarde desta quarta-feira.

la voltar a falar de segurança pública e no dia de hoje ler a Moção n. 001/2013 que vem assinada por todos os vereadores da Câmara Municipal de Palma Sola.

Por que ler a moção? É evidente que recebemos várias moções de Câmaras municipais, vários apelos de autoridades locais, de prefeitos, de policiais, de bombeiros acerca das dificuldades de segurança pública.

Então, vou ler esta moção dos vereadores de Palma Sola porque ela, mais ou menos, resume o dilema da segurança pública que é o tema sobre o qual mais temos falado nos últimos anos.

Assim, passo a ler na íntegra a Moção n. 001/2013 da Câmara Municipal de Palma Sola:

(Passa a ler.)

"Os Vereadores integrantes deste Poder Legislativo, com assento na Egrégia Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, atendendo proposição conjunta de todos os Vereadores ao final assinado, após os trâmites legais, aprovaram a seguinte MOÇÃO REIVINDICATÓRIA.

Considerando que o Batalhão da Polícia Militar do nosso Município conta com apenas duas viaturas doadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina para atender diuturnamente uma população de aproximadamente oito mil habitantes;

Para garantir a prestação mais efetiva dos serviços de segurança pública a Prefeitura Municipal auxilia financeiramente na manutenção das viaturas e no melhoramento do Pelotão da Polícia Militar;

A viatura GM/Corsa Wind, ano 2001/modelo 2002, está atualmente com cerca de 210.000 km(duzentos e dez mil quilômetros) rodados e outra viatura que foi resgatada de Campo Erê, uma Parati 2007/2008 com 140.000km (cento e quarenta mil quilômetros), se for necessária uma abordagem rápida não oferece as mínimas condições de segurança aos próprios policiais militares, muito menos condições de perseguir suspeitos;

Com relação ao número de Policiais Militares é assustadora a situação enfrentada pelo nosso Município, onde existe apenas 01 (um) Policial Militar de serviço em cada turno de trabalho. Em 2008 o efetivo do Município de Palma Sola era de 13 Policiais com o Comandante, hoje o efetivo é de 07 policiais com o Comandante. Com certeza os Policiais Militares de nosso Município estão sobrecarregados devido ao turno de trabalho estressante que estão enfrentando, não podendo sequer dispor do merecido intervalo de descanso na jornada de trabalho porque é necessário fazer a escala que deveria ser de outros Policiais Militares e a dificuldade do Comando em dar férias e licença a seus comandados.

Esta situação está insuportável, há poucos meses atrás nossa população ficou exposta a uma grande onda de furtos a mão armada e atualmente estamos novamente enfrentando uma grande crise na segurança pública local. Ocorreram inúmeros casos de invasão de residências com furto de eletrodomésticos e de propriedades com furto de gado.

E, considerando que devido à atual e crescente onda de violência a população local está assustada, fato que justifica a urgência na substituição da referida viatura e no aumento do efetivo de Policiais Militares em nosso Município.

#### REQUEREMOS

Ao Exmo. Sr. João Raimundo Colombo, DD. Governador do Estado de Santa Catarina e ao Exmo. Sr. César Augusto Grubba, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, a imediata substituição da referida Viatura GM/Corsa Wind por uma viatura nova e equipada, além da designação de pelos menos mais 04 (quatro) policiais militares para atuarem diretamente no Batalhão de Palma Sola/SC.

Ante o exposto, pedimos que as autoridades nominadas se sensibilizem com a grave situação enfrentada pela nossa população e dê uma atenção especial a esta justa reivindicação que irá beneficiar diretamente a segurança de todos os palmassolenses.

Os vereadores abaixo assinados requerem ainda, seja oficiado às referidas autoridades com cópia da presente Moção.

Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola/SC, 04 de março de 2013.

Assinam: Moacir Sansígolo, presidente; Osmar Pachão, vice-presidente; Lissandro Piffer, 1º secretário; Elio Pereira dos Santos, 2º secretário; Clair Perin, Vereadora; Névio Benetti, vereador; Lauri Luiz Ludwig, vereador; Cleomar José Mantelli, vereador; Ademir Zanella." [sic]

O conteúdo dessa moção de Palma Sola, uma cidade de 8 mil habitantes, diz tudo, exatamente o que temos ouvido ao longo desses 12 anos em que viajamos pelo estado conversando com policiais e bombeiros militares, policiais civis, bem como a população acerca da situação da segurança pública. Uma viatura, um corsinha 2001 com 210 mil quilômetros rodados, um parati velho com 140 mil quilômetros rodados, e apenas um policial de serviço por dia na cidade de Palma Sola.

Aí a maioria dos deputados, quase a totalidade, reside ou é oriundo das grandes cidades, assim como a maioria da população que está nos assistindo pela TVAL também são moradores de grandes cidades e imaginam que o interior continua um lugar tranquilo como era dez, 20 ou 30 anos atrás. E aqui os vereadores de Palma Sola citam a onda de assaltos a mão armada em residências ou em propriedades rurais no município.

Outro elemento desta moção que precisa ser analisado e refletido é que o município ajuda na manutenção da viatura e nos serviços de conserto e manutenção do destacamento. A maior parte dos municípios de Santa Catarina paga a gasolina que as viaturas das polícias usam para trabalhar. Existe de forma crônica em Santa Catarina essa situação. E o estado está abdicando do seu dever. O poder público está abdicando da sua obrigação e do seu dever. Fortalecer as instituições públicas de serviços essenciais é uma necessidade para todas as áreas do serviço público, educação e saúde. Se você quer fazer prevenção em segurança pública é preciso investir primeiro em saúde, em educação, em assistência social e em assistência técnica aos pequenos agricultores. É preciso investir também em segurança pública para se ter mais policiais, mais viaturas e melhores condições.

Temos acompanhado nos últimos anos secretários e outras autoridades a tirar fotos e criar factóides de distribuição de viaturas e mais recursos, mas sabemos que é sempre insuficiente. É preciso contratar mais policiais e ter uma política de carreira e de salário melhor para os servidores da segurança pública no estado de Santa Catarina.

O estado do Paraná está pagando mais que Santa Catarina e, inclusive, muitos dos novos policiais estão fazendo concurso no referido estado, que acabou de abrir cinco mil vagas.

Então, apelamos ao governador do estado e demais autoridades do Palácio e da Segurança Pública que reflitam sobre essas questões e as medidas necessárias, concretas, a serem tomadas. É importante também que sejam medidas corretas. É preciso tomar cuidado no trato da questão salarial e de outras questões relativas à segurança pública e seus servidores para não se tomar medidas erradas.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

A próxima oradora inscrita para falar é a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente; muito boa-tarde srs. parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Fiquei feliz por uma grande notícia, srs. deputados, que o governo do estado suspendeu por 90 dias o Decreto n. 1.357, que aumenta os impostos dos micro e pequenos empresários catarinenses. Acredito que seja uma importante decisão, porque da forma que foi feito esse decreto no final de janeiro, valendo já para o mês de fevereiro, causou uma grande organização da FCDL, da Fampesc, dos micros e pequenos empresários no estado de Santa Catarina. É um absurdo esse decreto do governador do estado sem, inclusive, deputado Silvio Dreveck, discutir com este Parlamento.

Então, depois de muita insistência, de muita conversa com o secretário da Fazenda, hoje recebo essa boa notícia de que o decreto está suspenso por 90 dias, mas a

nossa luta é para que ele, de uma vez por todas, seja tirado da pauta, que não aconteça isso, porque lesará muitos dos pequenos e micro empresários do estado catarinense.

A bancada do PT tem aqui e mantém a tramitação do TSA, que o revoga definitivamente e que está sob a relatoria do líder do governo, deputado Edison Andrino; mas queremos discutir isso nesta Casa. Espero a sensibilidade do governador para que revogue definitivamente o Decreto n. 1.357.

Mas o que me traz à tribuna nesta tarde é falar um pouco do PT que, no último dia 10 de fevereiro deste ano, realizou o processo de eleições diretas (PED), método instituído em 2001, através do qual todos os filiados do partido elegem seus dirigentes em todo o país, de uma forma direta e democrática. E o partido, hoje, conta com mais 1,5 milhão de petistas de carteirinha. É o único partido brasileiro que adota esse sistema.

O PT é o partido mais democrático do Brasil. Todos os seus filiados têm direito a voto. Em novembro deste ano vamos eleger os dirigentes municipais, estaduais e a direção nacional. Fomos o primeiro partido a garantir o cumprimento da legislação que determina cota de 30% para as mulheres nas chapas eleitorais para os legislativos municipais, estaduais e nacional.

E nessas eleições internas do PT, srs. parlamentares, vamos dar um grande exemplo à luta pela igualdade entre homens e mulheres, como bem frisou anteriormente o deputado Jailson Lima, no horário do partido. A partir de agora todas as direções do partido no Brasil serão compostas de 50% de mulheres e 50% de homens, cumpre-se assim a nossa reivindicação: nem menos nem mais, apenas iguais.

O PT passa agora a implantar na prática a sua defesa programática de um Brasil mais justo, igualitário para homens e mulheres. E essa afirmativa será a impulsionadora da luta das mulheres por mais espaços na política brasileira. Sonhamos com o dia em que essa paridade entre homens e mulheres se concretize no Parlamento brasileiro, a exemplo do que já acontece num país vizinho, que é a Argentina.

Para termos uma visão do quanto precisamos avançar nesta discussão, a história desta Casa tem 179 anos, e nesses 179 anos apenas 12 mulheres ocuparam mandato nesta Casa, entre as que foram eleitas e também as suplentes. Mulheres valorosas, mas é inegável o quanto teríamos avançado principalmente nas lutas sociais se tivéssemos mais mulheres nesta Casa.

O PT cumpre o seu papel de colecionar boas práticas transformadoras. Outra mudança que iremos ter é que todas as chapas e direções deverão conter, no mínimo, 20% de componentes com menos de 30 anos de idade que deverão obedecer critérios étnicos e raciais. Assim o nosso partido vai priorizar a nossa juventude, para que os nossos jovens comecem a discutir a política.

Durante o processo das eleições do partido, estaremos debatendo em Santa Catarina o projeto O PT para 2014, com a eleição presidencial, com a eleição de deputados e deputadas federais, com a eleição de deputados e deputadas estaduais, senadores, senadoras, governadores e governadoras.

Esses são os dois temas centrais dos debates que o diretório estadual do partido em Santa Catarina vai abordar num encontro de microrregiões que faremos durante o mês de abril e maio. Esses encontros não foram pré-estabelecidos. São 30 encontros regionais e eles vão começar com a primeira edição hoje, aqui na capital, Florianópolis, a partir das 19h

no auditório da Federação de Trabalhadores do Comércio de Santa Catarina. E nessa mesma semana vai acontecer nos dias 15 e 16 os debates também nos municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, Canoinhas e Mafra.

Tenho conversado com a nossa militância e com as lideranças nos municípios e o sentido que une todos os filiados do Partido dos Trabalhadores, todos, é a determinação de que no ano que vem, 2014 haverá, sim, um candidato ou uma candidata para o projeto alternativo de poder no estado de Santa Catarina.

O PT terá candidato ou candidata a governador, que fará o contraponto com o governo de Raimundo Colombo. Um governo que tem abandonado, infelizmente, o que preconizava durante a sua campanha eleitoral, e tem abandonado o mais essencial, o governo. Sucatearam a saúde, a educação e deixaram a população à mercê deste estado de insegurança em que se encontra o estado de Santa Catarina. Já falava o ex-secretário do governo Ubiratã Resende que este governo está ingovernável. Existem vários governos dentro do mesmo governo.

Por isso que o Partido dos Trabalhadores, deputado Silvio Dreveck, terá, sim, candidato no ano que vem para fazer o contraponto com este governo que aí está. Apresentaremos para Santa Catarina um novo projeto. Um projeto que rompe com a tradição de décadas na política catarinense. Um projeto afinado com o interesse de homens e mulheres em Santa Catarina. Um projeto, sim, srs., para melhorar a vida das pessoas e para desenvolver e construir uma sociedade que nós todos queremos, que é uma sociedade mais justa. Uma sociedade que cuide das nossas crianças, que enfrente de frente a tragédia das drogas, que possua políticas públicas, assistência social, que priorize de fato a saúde, a educação e a segurança pública.

Li algumas colunas afirmando a existência de articulação com o governador Raimundo Colombo, visando o apoio do PT para o mesmo. No meu entendimento, e tenho certeza de que é o sentimento de diversas lideranças do Partido dos Trabalhadores e diversos filiados em Santa Catarina, isto não faz parte do nosso projeto. Por isso, os 33 encontros que faremos nos meses de março e abril serão para debater esse tema e ouvir a nossa militância. O nosso projeto não é compatível com este governo que está em Santa Catarina. O PT tem muito a mostrar, já tem demonstrado em nível federal com a nossa presidente Dilma Rousseff, pelas modificações que foram feitas em nosso país, e vai mostrar e contribuir com o desenvolvimento de Santa Catarina, e este debate nós faremos, sim, com a sociedade catarinense. Era isto que tinha para relatar, sr. presidente.

Muito obrigada!  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima. Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, primeiramente quero fazer o registro da presença nesta Assembleia Legislativa de vários vereadores do estado, já que a União dos Vereadores de Santa Catarina, Uvesc, está realizando mais um congresso de apoio e orientação aos srs. vereadores, às sras. vereadoras. Destaco a presença do vereador Valmor Alves de Oliveira, o Japonês, de Águas de Chapecó, do vereador Leandro, de Cunhataí, e muitos outros vereadores de todo o estado.

Também registro a presença na Casa da prefeita de Calmon, Ivone De Geroni, que assume, deputado Sargento Amauri Soares, um compromisso muito grande, pois depois de Calmon passar por um período de desenvolvimento, com muitas ações, muitas obras, pois nós conhecemos muito bem este município, passou os últimos quatro anos numa situação de penúria, mais de mil pessoas deixaram a cidade nos últimos quatro anos, e foi considerado o terceiro pior município em qualidade de vida.

Então, é lamentável o que este município enfrentou, pois tem uma extensão rural muito grande, mas a população ficou sem assistência. Felizmente a prefeita Ivone De Geroni tem feito já nesses primeiros dias de governo uma transformação. Ontem estive na capital reunida com o secretário Paulo Bornhausen, também estive na secretaria do Bem Estar Social, conseguiu verbas para construir um conjunto habitacional em convênio com o governo do estado e o governo federal, e vai levar para o seu município também a construção de um Centro de Atendimento e Assistência Social. Por isso, quero registrar e parabenizar a prefeita Ivone De Geroni pelo trabalho que tem realizado em Calmon.

No meu pronunciamento anterior, falei sobre a questão da educação em Balneário Camboriú, fiz o pedido de implantação de curso de segundo grau no período da noite nos bairros da cidade, já que só existe no centro da cidade. Agora temos no Bairro das Nações uma área pronta que o município cedeu, na rua Paraguai, para que o estado venha a construir uma escola estadual. Temos visto muitas obras do governo estadual na área da educação, grandes reformas em escolas, vários municípios recebendo escolas e ginásios estaduais, e precisamos que esse investimento venha a ser feito também no município de Balneário Camboriú.

Ouvi o seu pronunciamento, deputado Sargento Amauri Soares, a respeito das viaturas do município de Palma Sola, e num município cujo trabalho policial é feito com um carro corsa 2001 com 241.000km, deveria ser dada uma promoção para os policiais, porque isso demonstra zelo e responsabilidade. Além disso, o município de Palma Sola em toda sua extensão possui estrada de chão batido, de pedras, e é uma área difícil de circular.

Então, é um absurdo o estado não disponibilizar uma nova viatura, é uma questão até de homenagear os policiais. Sabemos que no interior o pessoal trabalha com amor, com dedicação, muitas vezes não tendo os equipamentos, os recursos necessários, mas com boa vontade, dedicação e empenho conseguem ainda atender a população.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Agradeço a v.exa., deputado Maurício Eskudlark, pelo aparte.

Quero fazer o registro e me somar ao seu pronunciamento acerca das tarefas da prefeita da cidade de Calmon, do PDT, sra. Ivone De Geroni, que é sucessora de um período de quatro anos meio difícil, mas o prefeito anterior, por dois mandatos, foi o seu esposo e nosso companheiro também, João Batista De Geroni, que tinha uma forma diferente de administrar. Talvez por isso acabou sendo processado, por conta da forma diferente com que muitas vezes fazia render mais o pouco dinheiro que tinha para atender às necessidades da população e gerar emprego, principalmente, na própria cidade, com recurso próprio da prefeitura.

Mas concordo plenamente com v.exa. que os policiais de Calmon, realmente, merecem uma promoção. Entretanto, é importante registrar que essa é a realidade da maioria das cidades catarinenses desse porte.

Li a moção da Câmara Municipal de Palma Sola, que representa a vontade da maioria das Câmaras Municipais do estado. E se cada deputado for de município em município perguntar como está a situação, verá isso. Os policiais estão amarrando um arame para a viatura continuar andando, o empresário está ajudando a pagar, a prefeitura está pagando o combustível e o conserto da viatura.

Lembro que fui ao velório, em Palhoça, de um cidadão que era do PDT e ao chegar lá havia uma multidão de policiais, de bombeiros e perguntei por quê. Eles responderam: "Ele nos ajudava!" A viatura, a moto quebrava e ao invés de começar um processo burocrático atrás de recursos que demoravam e às vezes não vinham, procuravam esse empresário e ele pagava o conserto.

Assim sendo, quero me somar e parabenizar v.exa. por estar nessa direção, pois isso expressa a realidade de todas as cidades do estado de Santa Catarina.

Obrigado, deputado, e me desculpe por ter tomado todo esse tempo do seu horário.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado, pelo seu aparte, v.exa. que tem vasto conhecimento na área da segurança pública do estado.

Para terminar, sr. presidente, com relação à minha preocupação com o caos das BRs-282 e 163 no oeste do estado, quero dizer que a transposição do perímetro urbano do município de Pinhalzinho é uma calamidade, é um buraco ao lado do outro. Uma rodovia na

qual, não faz muito tempo, investiram em recuperação, mas que está totalmente intransitável.

Ontem, no oeste e no extremo oeste, houve precipitação de mais de 200mm de chuva. Tivemos somente no extremo oeste cinco acidentes, duas mortes, infelizmente. As condições da rodovia não ajudavam, o tempo não ajudava e a imprudência dos motoristas acaba colaborando para esses acidentes, mas a situação é realmente de calamidade pública.

Para o trecho da BR-163, de São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, o governo federal anunciou R\$ 194 milhões de investimentos. O fato foi amplamente divulgado, através de todos os meios de comunicação, pois esse valor para 60km dá mais de R\$ 3 milhões por quilômetro, só que as obras não iniciaram. As obras previstas são três viadutos, rodovias marginais, terceiras pistas, quer dizer, são obras necessárias e importantes. Mas, hoje, a questão já é de calamidade, pois a população não consegue transitar naquela rodovia.

Então, que o diretor do DNIT, o sr. João José dos Santos, tome providências urgentes, em caráter de emergência mesmo na questão das rodovias federais em Santa Catarina. Não dá para esperar chegar esses R\$ 194 milhões de investimentos. É necessário que o DNIT faça uma manutenção, pois estamos lá realmente numa situação de calamidade pública com relação às rodovias federais em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Srs. deputados, sexta-feira, reforço o convite que nos faz o Fórum Parlamentar Catarinense, ainda encaminhado pelo coordenador Décio Lima, hoje presidente da CCJ da Câmara, para o encontro que acontecerá na Fiesc, com a participação de vários órgãos, onde teremos uma importante discussão. E esta Casa também se fará representar não somente através da Presidência, mas tenho certeza de que através de diversos outros parlamentares, para tratarmos desse assunto tão importante para Santa Catarina.

Srs. deputados e sras. deputadas, convido todos para participarem da sessão especial de hoje à noite quando será concedido ao sr. Eduardo Smith, vice-presidente do Grupo RBS, o título de Cidadão Catarinense, matéria aprovada por unanimidade desta Casa no final de dezembro de 2012.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial para hoje às 19h.

Está encerrada a presente sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA PRESIDÊNCIA DL

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 009-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 003-DL, de 5 de março de 2013.

Substituí o Deputado Edison Andriano, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Deputado Aldo Schneider.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado José Nei A. Ascari

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Serafim Venzon

Deputado Aldo Schneider

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Darci de Matos

Deputada Angela Albino

Deputado Marcos Vieira

Deputado Valmir Comin

Deputado Neodi Saretta

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Aldo Schneider

Deputado Antonio Aguiar

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Sargento Amauri Soares  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputada Ana Paula Lima  
 Deputado Antonio Aguiar  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Marcos Vieira  
COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL  
 Deputado Moacir Sopelsa  
 Deputado Narcizo Parisotto  
 Deputado José Nei A. Ascari  
 Deputado José Milton Scheffer  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Mauro de Nadal  
 Deputado Dóia Guglielmi  
COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS,  
 DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER  
 Deputada Angela Albino  
 Deputado Jorge Teixeira  
 Deputada Luciane Carminatti  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Antonio Aguiar  
 Deputado Gilmar Knaesel  
 Deputado José Milton Scheffer  
COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputado Darci de Matos  
 Deputado Volnei Morastoni  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Aldo Schneider  
 Deputado Marcos Vieira  
 Deputado Sargento Amauri Soares  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
 Deputado Antonio Aguiar  
 Deputada Luciane Carminatti  
 Deputado Sargento Amauri Soares  
 Deputado Ismael dos Santos  
 Deputado Silvio Dreveck  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Dado Cherem  
COMISSÃO DE SAÚDE  
 Deputado Volnei Morastoni  
 Deputado Antonio Aguiar  
 Deputado Sargento Amauri Soares  
 Deputado Jorge Teixeira  
 Deputado José Milton Scheffer  
 Deputado Mauro de Nadal  
 Deputado Serafim Venzon  
COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
 Deputado Marcos Vieira  
 Deputada Angela Albino  
 Deputado Ciro Roza  
 Deputado Silvio Dreveck  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Aldo Schneider  
 Deputado Mauro de Nadal  
COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA  
 Deputado Dado Cherem  
 Deputado Gelson Merisio  
 Deputado José Milton Scheffer  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Moacir Sopelsa

Deputada Angela Albino  
COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,  
 COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL  
 Deputado Maurício Eskudlark  
 Deputado Silvio Dreveck  
 Deputado Neodi Saretta  
 Deputado Aldo Schneider  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Dado Cherem  
 Deputado Altair Guidi  
COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE  
 Deputado Altair Guidi  
 Deputado Ciro Roza  
 Deputado Valmir Comin  
 Deputado Neodi Saretta  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Gilmar Knaesel  
COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA  
 Deputado Maurício Eskudlark  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Moacir Sopelsa  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputado Dóia Guglielmi  
 Deputado Sargento Amauri Soares  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA  
 Deputada Angela Albino  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Jean Kuhlmann  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputado Volnei Morastoni  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Gilmar Knaesel  
COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL  
 Deputado Altair Guidi  
 Deputado Jean Kuhlmann  
 Deputado Silvio Dreveck  
 Deputado Volnei Morastoni  
 Deputado Mauro de Nadal  
 Deputado Aldo Schneider  
 Deputado Gilmar Knaesel  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
 Deputado José Nei A. Ascari  
 Deputado José Milton Scheffer  
 Deputado Altair Guidi  
 Deputada Luciane Carminatti  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Antonio Aguiar  
 Deputado Serafim Venzon  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
 Deputado Serafim Venzon  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Ismael dos Santos  
 Deputado Valmir Comin  
 Deputada Ana Paula Lima  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Narcizo Parisotto  
 PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 21 de março de 2013.

**Deputado JOARES PONTICELLI**

Presidente  
 \*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DE COMSSÕES PERMANENTES

#### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 19 DE MARÇO DE 2013.

Às nove horas do dia dezanove de março do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Ana Paula Lima, Dirceu Dresch, Antônio Aguiar substituindo o Deputado Edison Andrino, Jean Kuhlmann, José Nei Alberton Ascari, Narcizo Parisotto, Serafim Venzon e Silvio Dreveck. Aberto os trabalhos, o Presidente lamentou o falecimento do Senhor Andrino de Oliveira, pai do Deputado Edison Andrino, e colocou

em votação a ata da 1ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** relatou o Projeto de Lei de nº 0010.3/2013 e exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Edison Andrino; o Projeto de Lei de nº 0040.9/2013 e exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar 0001.8/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei de nº 0037.3/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou os Projetos de Lei de nºs 0573.0/2011 e 0263.0/2012 e exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** relatou o Projeto de Lei de nº 0398.3/2012 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por

unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0366.6/2011 e exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Jean Kuhlmann** relatou os Projetos de Lei de nºs 0361.1/2012 e 0018.0/2013 e exarou pareceres pela diligência, que posto em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou os Projetos de Lei de nºs 0396.1/2012, 0031.8/2013, 0027.1/2013, 0192.2/2012, 0025.0/2013 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0023.8/2013 e 0304.3/2013 e exarou pareceres favoráveis com emendas modificativas, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0020.5/2013 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0030.7/2013 e exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; as Mensagens de Veto de nºs 0771/2013, 0747/2013, 0776/2013, 0779/2013 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão, foram cedidos ao pedido de vista em gabinete do Deputado Edison Andriño; a Mensagem de Veto de nº 0778/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado José Nei Ascari; a Mensagem de Veto de nº 0777/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima; as Mensagens de Veto de nºs 0786/2013, 0785/2013, 0791/2013 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; O Projeto de Resolução de nº 0001.2/2013 e exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Edison Andriño; O Projeto de Resolução de nº 0012.5/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Edison Andriño; O Projeto de Resolução de nº 0035.1/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 19 de março de 2013.  
Deputado Mauro de Nadal Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 13H00, DO DIA 20 DE MARÇO DE 2013.**

Às treze horas do dia vinte de março do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores (as) Deputados (as): Ana Paula Lima, Ângela Albino substituindo o Deputado Dirceu Dresch, Aldo Schneider substituindo o Deputado Edison Andriño, Jean Kuhlmann, José Nei Alberton Ascari, Serafim Venzon e Reno Caramori substituindo o Deputado Sílvio Dreveck. Aberto os trabalhos, o Presidente passou a palavra à **Deputada Ana Paula Lima**, que exarou voto vista favorável ao parecer do relator do Projeto de Lei de nº 0035.1/2013, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Jean Kuhlmann** relatou o Projeto de Lei de nº 0218.6/2012 e exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2013.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às dez horas do dia seis de março do ano de dois mil e treze, reuniram-se os Senhores Deputados Serafim Venzon, Dirce Heiderscheidt, Volnei Morastoni, Ismael dos Santos, Valmir Comin, Carlos Chiodini, membros da Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente. Os trabalhos foram abertos pelo Senhor Deputado Volnei Morastoni, amparado pelo § 1º do Artigo 123 do Regimento Interno, o qual abriu a inscrição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Onde se inscreveu o Senhor Deputado Serafim Venzon para Presidente. Foi iniciado o processo de votação e recolhidos os votos, sendo eleito por unanimidade de votos Após a eleição de Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e dos Adolescente, assumiu os trabalhos o Senhor Presidente Serafim Venzon que agradeceu aos Deputados pela condução à Presidência. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou e reunião da qual, eu, Laura Celeste Jaeger Gubert, Chefe da Secretaria, lavei

a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Imprensa, em 06 de março de 2013.

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2013

**OBJETO: FORNECIMENTO DE ALIMENTOS (COFFEE BREAK, COQUETEL, INCLUSO OS SERVIÇOS DE COPEIRAGEM/GARÇONAGEM, E BOLACHAS) EM EVENTOS NO ÂMBITO DA ALESC.**

**DATA:** 04/04/2013 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 04 de abril de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 21 de março de 2013.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE RESULTADO**

**AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 760/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 004/2013, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: Aquisição de 1.200 (mil e duzentas) doses de vacina contra gripe, monodose (dose individual), seringa preenchida.**

**LOTE ÚNICO -**

Vencedora: SC DISTRIBUIDORA DE VACINAS LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 19.248,00

Florianópolis, 21 de março de 2013

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

\*\*\* X X X \*\*\*

**MENSAGEM GOVERNAMENTAL**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 806**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em consonância com o disposto no art. 22 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, apresento a Vossa Excelência a indicação do nome do senhor Deputado Aldo Schneider para ocupar a vaga de Líder de Governo da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 20 de março de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/03/13

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 060.2/13**

Regulamenta a publicidade infantil de alimentos no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibida no Estado de Santa Catarina a publicidade, dirigida a crianças, de alimentos e bebidas pobres em nutrientes e com alto teor de açúcar, gorduras saturadas ou sódio.

§1º A vedação se estenderá no período compreendido entre 6 horas e 21 horas, no rádio e televisão, e em qualquer horário nas escolas públicas e privadas.



§2º Fica impedida a utilização de celebridades ou personagens infantis na comercialização, bem como a inclusão de brindes promocionais, brinquedos ou itens colecionáveis associados à compra do produto.

Art. 2º A publicidade durante o horário permitido deverá vir seguida de advertência pública sobre os males causados pela obesidade.

Art. 3º Em caso de descumprimento das restrições apresentadas nos artigos antecedentes sujeita o infrator às penas de:

I - multa;

II - suspensão da veiculação da publicidade;

III - imposição de contrapropaganda.

§1º - A pena de multa será graduada de acordo com a gravidade, entre cinqüenta mil reais e quinhentos mil reais.

§2º - A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício e informar as crianças sobre o mal ocasionado pelo consumo dos alimentos indicados no artigo 1º;

§3º - A pena de multa, suspensão da veiculação da publicidade e imposição de contrapropaganda, será aplicada pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa e contraditório;

§4º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicada cumulativamente, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

Artigo 4º - Entende-se por publicidade qualquer forma de veiculação do produto ou marca, seja de forma ostensiva ou implícita em programas dirigidos ao público infantil.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 21/03/13

#### JUSTIFICATIVA

Consoante previsão normativa prevista no artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) é proibida qualquer publicidade enganosa ou abusiva que se aproveite da deficiência de julgamento e experiência das crianças.

O Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), junto com o Projeto Criança e Consumo, do Instituto Alana, enviaram carta ao Presidente da República, ao Ministério da Saúde, à ANVISA, à Câmara e ao Senado pedindo a regulamentação da propaganda de alimentos voltada para as crianças.

Sublime a iniciativa patrocinada por ambos os institutos e por isso, amparados na iniciativa concorrente prevista nos incisos V, IX e XV do artigo 24 da Constituição Federal e diante da natureza de direito fundamental no tocante à proteção à vida e à saúde, apresentamos a presente propositura para regulamentação no âmbito estadual.

A Consumers International (CI) promoveu uma campanha mundial de divulgação dos males da obesidade infantil e agregou diversos países no combate aos meios de exploração sobre as crianças consumidoras.

O Fórum Nacional das Entidades Cívicas de Defesa do Consumidor (FNECDC) pesquisou que no país as empresas que exploram esta faixa de consumo utilizam como técnica de marketing, a promoção por meio de brindes, brinquedos e coleções para atrair o consumo.

Segundo dados coletados pela Organização Mundial da Saúde, em 2015 haverá 2,3 bilhões de pessoas obesas no mundo e atualmente 177 milhões de crianças estão classificadas com sobrepeso ou obesas.

Mesmo com a regulamentação geral do CDC e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a publicidade não é proibida por falta de regulamentação específica e neste desiderato encontra-se a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina como ente legítimo quanto à iniciativa de sua regulamentação na jurisdição estadual.

As penas culminadas estão de acordo com as disposições e limites previstos no Código de Defesa do Consumidor.

Clarividente que a presente propositura regulamenta matéria atinente a direito fundamental, não existindo antinomia aparente entre a proteção da criança e a livre iniciativa, uma vez que a propositura não visa impedir a comercialização, mas apenas as formas de propaganda e publicidade.

Deputado Kennedy Nunes

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 061/13

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### GABINETE DO GOVERNADOR

#### MENSAGEM Nº 804

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Casa Civil, o projeto

de lei que "Dispõe sobre a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) ao Programa Pacto por Santa Catarina (PACTO)".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 18 de março de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 20/03/13

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

EM Nº 04/13

Florianópolis, 18 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que adota no Estado de Santa Catarina a Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2001, as licitações e contratos relativos ao programa Pacto por Santa Catarina (PACTO).

Esta medida tornará mais célere a execução de projetos e obras no âmbito do Pacto e viabilizará a necessária reestruturação e desenvolvimento em áreas prioritárias e estratégicas do Estado de Santa Catarina, no resguardo do interesse público estadual.

Enatiza-se que a aplicação do RDC, conforme projeto de lei me anexo, possui simetria com a legislação federal para a realização das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na forma inovadora da Lei federal 12.462, de 2011.

Desta maneira, com o escopo de se executar obras e serviços inadiáveis de infra-estrutura, bem como, diante da grave crise que se instalou em passado recente no cenário da Segurança Pública, decorre a necessidade de um procedimento mais dinâmico, menos burocrático e de grande relevância para a realização de obras e serviços nessa área, em benefício de toda a sociedade catarinense.

Posto isto, e considerando a urgência que a realização das obras e serviços requerem, propomos que a tramitação deste projeto de lei ocorra em regime de urgência perante a Casa Legislativa estadual.

Diante do exposto, e na certeza da concretização do presente, solicitamos a Vossa Excelência em torná-lo realidade junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

É o que apresentamos,

Respeitosamente,

**NELSON ANTÔNIO SERPA**

Secretário de Estado da Casa Civil

**MURILO XAVIER FLORES**

Secretário de Estado do Planejamento

#### PROJETO DE LEI Nº 061.3/2013

Dispõe sobre a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) ao Programa Pacto por Santa Catarina (PACTO).

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica adotado, no âmbito do Estado, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, aplicável às licitações e aos contratos relativos ao Programa Pacto por Santa Catarina (PACTO).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 062.4/13

Dispõe sobre a divulgação de dados e fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos em embalagens de alimentos, remédios e bebidas com fabricação no Estado.

Art. 1º Toda a embalagem utilizada no acondicionamento de alimentos, remédios e bebidas fabricados no Estado deverá conter impresso, de forma a propiciar fácil leitura e visualização, fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos, além de dados como nome, endereço e telefones para contato.

Art. 2º No caso de produtos vendidos a granel, a divulgação a que se refere o artigo anterior deverá ser feita em local visível, onde se efetuar o comércio.

Art. 3º Os dados a serem divulgados devem ser fornecidos pelos responsáveis da criança ou adolescente desaparecido com o devido registro do boletim de ocorrência.

Art. 4º O descumprimento dos dispositivos desta Lei, por parte das empresas e indústrias sediadas no Estado, implicará na fixação das seguintes penalidades:

I - notificação de advertência para sanar a irregularidade no prazo de quinze dias, na primeira infração;

II - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) se, decorrido o prazo previsto no inciso I, persistir a irregularidade;

III - multa prevista no inciso II, cobrada em dobro, no caso de reincidência; e

IV - inabilitação para acesso a créditos estaduais, enquanto persistir a infração.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 21/03/13

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que dispõe sobre a divulgação de dados e fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos em embalagens de alimentos, remédios e bebidas com fabricação por empresas e indústrias sediadas no Estado.

No Brasil, ocorrem aproximadamente 40 mil casos de desaparecimento todos os anos, e de 10% a 15% permanecem por longo período desaparecidos ou jamais são encontrados.

Em 30 de dezembro de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.259 que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança e adolescente". Com a nova legislação, os órgãos competentes devem comunicar o fato imediatamente a portos, aeroportos, polícias rodoviárias e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo todos os dados necessários.

Nesse sentido, toda a forma de divulgação é de suma importância e para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se mister o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

Deputado Nilson Gonçalves

2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 063.5/13

Denomina Nilo Otavio Rachadel a Delegacia de Polícia Civil, do município de Massaranduba.

Art. 1º Fica denominada Nilo Otavio Rachadel a Delegacia de Polícia Civil, do município de Massaranduba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 21/03/13

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva denominar Nilo Otavio Rachadel, a Delegacia de Polícia Civil, do município de Massaranduba.

O Policial Otavio Rachadel demonstrou, desde muito jovem, ser um cidadão extremamente responsável, preocupado com a segurança e o bem estar das pessoas, sendo exemplo de tenacidade e capacidade nos meios familiar, escolar e profissional, em sua trajetória de vida.

Diante do exposto, solicito aos nobres Deputados, a aprovação da presente proposição, que, embora singela, busca homenagear este cidadão, que em vida foi sempre bom filho e grande amigo da comunidade e da Corporação, da qual fazia parte, deixando a todos um legado de esperança em uma sociedade mais segura e menos violenta.

Deputado Nilson Gonçalves

2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 064.6/13

Dispõe sobre a proibição de que Postos de Combustíveis abasteçam combustível nos veículos após ser acionada a trava de segurança da bomba de abastecimento.

Art. 1º Fica proibido no âmbito do Estado de Santa Catarina, que postos de combustíveis permitam preencher o tanque de combustível dos veículos após o travamento automático de segurança da bomba de abastecimento.

Art. 2º O descumprimento do disposto na presente Lei implicará na imposição de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicados em dobro no caso de reincidência.

Parágrafo único. Os valores resultantes da aplicação da multa prevista no caput deste artigo serão recolhidos ao Tesouro do Estado

de Santa Catarina e aplicados em campanhas de natureza preventivas na área do Meio Ambiente.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de até noventa dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Maurício Eskudlark

Lido no Expediente

Sessão de 21/03/13

#### JUSTIFICATIVA

De acordo com as informações que constam na grande maioria dos manuais dos automóveis que são vendidos no Brasil, o volume máximo de combustível em um tanque não é a sua capacidade máxima que está descrita nas especificações técnicas. Geralmente a quantidade que está especificada como máximo para abastecimento é de no mínimo 10% (dez por cento) menos da capacidade máxima do tanque. É justamente por isso que as bombas de abastecimento possuem uma trava de segurança que impede que o combustível chegue até a borda do tanque.

No entanto, na grande maioria dos veículos está instalado um filtro na boca de entrada do tanque de combustível, que tem como função fazer a absorção dos vapores que saem do tanque, tendo o papel de reduzir os gases que são emitidos pelos veículos na atmosfera terrestre, gases estes que são prejudiciais para a vida no planeta como um todo. Porém, se houver combustível em excesso, acaba inundando o filtro de combustível, fazendo com que simplesmente perda a capacidade de fazer seu trabalho que é filtrar todo vapor que passa por ele, e como esse filtro é feito de alguns elementos de carvão, acabam se soltando para dentro do tanque, podendo danificar o motor.

Portanto, a razão principal de impedir que o tanque transborde, tem como função evitar conseqüências prejudiciais ao funcionamento do motor dos veículos causando prejuízo aos proprietários, bem como reduzir os gases emitidos pelos veículos na atmosfera terrestre, prejudicando o meio ambiente.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas Deputados para a aprovação desta propositura.

Deputado Maurício Eskudlark

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 065.7/13

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### GABINETE DO GOVERNADOR

#### MENSAGEM Nº 805

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Casa Civil, o projeto de lei que "Dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 20 de março de 2013.

#### JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/03/13

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

#### DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

EM. Nº 05/2013 Florianópolis, 19 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência proposta de projeto de lei que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências.

O referido projeto representa o cumprimento de compromisso assumido por Vossa Excelência de propor ao Parlamento estadual legislação de âmbito estadual sobre normas de prevenção e segurança contra incêndio e pânico, visando resguardar a vida das pessoas e reduzir danos ao meio ambiente e ao patrimônio.

Ressalto que este projeto de lei, conforme Vossa orientação, foi elaborado com a participação do Corpo de Bombeiros Militar, Corpo de Bombeiros Voluntários, Conselho Regional de Agronomia e Engenharia (CREA-SC) e Federação Catarinense de Municípios (FECAM).

Dentre os principais tópicos deste projeto de lei destaco:

1. sua abrangência à todos os Municípios do Estado;
2. a concessão de alvará pelos Municípios fica condicionada a expedição de atestados pelo Corpo de Bombeiros;
3. o Corpo de Bombeiros Militar passa a ter poder de polícia administrativa para a aplicação de sanção preventiva de interdição como medida preliminar à apuração de infração administrativa quando o

imóvel apresentar grave risco para a incolumidade das pessoas e/ou do patrimônio;

4. a vedação da concessão de alvará de funcionamento provisório pelos Municípios para atividades consideradas de alto risco; e

5. a determinação de que a elaboração e execução de projeto e a implantação dos sistemas e das medidas de segurança contra incêndio e pânico sejam efetuadas por profissional legalmente habilitado e com registro no respectivo Conselho Regional, observadas as normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Saliento, ainda, que o projeto de lei preserva a possibilidade dos Municípios firmarem convênios com a Corpo de Bombeiros Voluntários, nos termos do parágrafo único do art. 112 da Constituição do Estado.

Em suma, o projeto de lei versa sobre matéria de importância e da qual a sociedade catarinense tem requerido providências legislativas urgentes do Poder visando dar amparo legal para que os agentes públicos possam proceder as medidas necessárias a salvaguarda da população para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico, devendo, por isso, ser encaminhado em regime de urgência Assembleia Legislativa.

Por todo o exposto, solicito a Vossa Excelência digno-se encaminhar este projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

É o que apresento,

Respeitosamente,

NELSON ANTÔNIO SERPA

Secretário de Estado da Casa Civil

#### PROJETO DE LEI Nº PL/0065.7/2013

Dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

##### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico em imóveis localizados no Estado, com o objetivo de resguardar a vida das pessoas e reduzir danos ao meio ambiente e ao patrimônio, nos casos de:

- I - regularização das edificações, estruturas e áreas de risco;
- II - construção;
- III - mudança da ocupação ou do uso;
- IV - reforma e/ou alteração de área e de edificação; e
- V - promoção de eventos.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei não se aplica às edificações residenciais unifamiliares.

Art. 2º A concessão de alvará de construção, de habite-se ou de funcionamento pelos Municípios fica condicionada ao cumprimento desta Lei, observados também outros requisitos previstos na legislação municipal, estadual ou federal.

Art. 3º Para fins desta Lei consideram-se:

I - imóveis:

a) edificação: qualquer tipo de construção, permanente ou provisória, de alvenaria, madeira ou outro material construtivo, destinada a moradia, atividade empresarial ou qualquer outra ocupação, constituída por teto, parede, piso e demais elementos funcionais;

b) estrutura: instalação permanente ou provisória, utilizada em apoio para os mais diversos fins e ocupações; e

c) área de risco: espaço não edificado utilizado em eventos transitórios e que necessita de dispositivos e/ou sistemas de segurança para a proteção das pessoas;

II - edificação nova: aquela que ainda se encontra em fase de projeto ou de construção;

III - edificação existente: aquela que já se encontra edificada, acabada ou concluída;

IV - edificação recente:

a) aquela que não obteve aprovação de projeto preventivo quando foi edificada pelo fato de a ocupação original e/ou a legislação vigente na época não exigir; ou

b) aquela que, embora anteriormente aprovada pelo Corpo de Bombeiros, venha a enquadrar-se posteriormente numa das seguintes situações:

1. aprovada para ocupação diversa da atual ou pretendida; ou

2. desatualizada em relação às normas vigentes, mantendo ou modificando a ocupação original.

V - infrator: o proprietário ou possuidor direto ou indireto do imóvel;

VI - Projeto de Prevenção e Segurança contra Incêndio e Pânico (PPCI): o conjunto de sistemas e medidas de segurança contra incêndio e pânico a ser implementado em edificações novas, estruturas ou áreas de risco, necessário para propiciar a tranquilidade pública e a incolumidade das pessoas, evitar o surgimento de incêndio, limitar sua

propagação, reduzir seus efeitos, possibilitar a sua extinção, permitir o abandono seguro dos ocupantes e o acesso para as operações do Corpo de Bombeiros, preservando o meio ambiente e o patrimônio;

VII - Plano de Regularização de Edificação (PRE): o conjunto de sistemas e medidas de segurança contra incêndio e pânico a ser instalado em edificações existentes ou recentes; e

VIII - planta de emergência: mapa simplificado do local, em escala, indicando os principais riscos existentes, as rotas de fuga e os meios que podem ser utilizados em caso de sinistro.

##### CAPÍTULO II

##### DOS ALVARÁS

##### Seção I

##### Da Concessão

Art. 4º Verificada a regularidade do imóvel e o cumprimento integral desta Lei, o Corpo de Bombeiros concederá atestado de:

I - aprovação de projetos, para alvará de construção, reforma ou ampliação de imóveis;

II - vistoria para habite-se, para alvará de habitação de imóveis; e

III - vistoria para funcionamento, para alvará de funcionamento de imóveis.

§ 1º A expedição de atestados pelo Corpo de Bombeiros deve observar, conforme o tipo do imóvel e os respectivos riscos e ocupações, a apresentação do PPCI ou do PRE.

§ 2º O PPCI ou PRE deve prever, de acordo com o tipo do imóvel e os respectivos riscos e ocupações, os seguintes dispositivos ou sistemas:

I - restritivos ao surgimento de incêndio;

II - de controle do incêndio;

III - de detecção e alarme;

IV - de escape e realocação de pessoas e de bens do local de risco para uma área segura;

V - de acesso e facilidades para as operações de socorro;

VI - de proteção estrutural em situações de incêndio;

VII - de administração da segurança contra incêndio;

VIII - de extinção de incêndio;

IX - de proteção, tranquilidade e salubridade públicas em eventos de reunião de público; e

X - planta de emergência.

§ 3º A planta de emergência prevista no inciso X do § 2º deste artigo deve ser afixada em locais estratégicos para facilitar o reconhecimento do local, as rotas de fuga e as saídas de emergência.

Art. 5º Os sistemas e as medidas de segurança contra incêndio e pânico devem observar os seguintes parâmetros mínimos, conforme a complexidade do imóvel, e os respectivos riscos e ocupações:

I - ocupação;

II - capacidade de lotação;

III - altura;

IV - área total construída;

V - carga de incêndio; e

VI - riscos especiais.

§ 1º A elaboração e execução de projeto e a implantação dos sistemas e das medidas de segurança contra incêndio e pânico devem ser efetuadas por profissional legalmente habilitado e com registro no respectivo Conselho Regional, observados os termos desta Lei e das normas expedidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC).

§ 2º Quando se tratar de imóvel diferenciado do previsto nesta Lei, o Corpo de Bombeiros pode determinar outras medidas que, a seu critério, julgar convenientes à segurança contra incêndio e pânico.

Art. 6º A concessão de alvará pelos Municípios fica condicionada ao cumprimento desta Lei e à expedição de atestados pelo Corpo de Bombeiros.

§ 1º Fica vedada a expedição de atestado de vistoria para funcionamento pelo Corpo de Bombeiros sem o prévio atestado de vistoria para habite-se.

§ 2º Fica vedada a concessão de alvará de funcionamento provisório pelos Municípios para atividades consideradas de alto risco, conforme definido em ato do Chefe do Poder Executivo.

##### Seção II

##### Da Cassação

Art. 7º Constatada situação de descumprimento desta Lei ou da legislação própria, os Municípios podem, independentemente da aplicação das sanções previstas no § 5º do art. 16 desta Lei pelo CBMSC, cassar os alvarás concedidos.

##### CAPÍTULO III

##### DAS RESPONSABILIDADES

Art. 8º O autor do projeto de construção, reforma, alteração de área construída, mudança de ocupação ou de uso de imóvel, é responsável pelo seu detalhamento técnico em relação aos sistemas e às medidas de segurança contra incêndio e pânico.

Art. 9º O proprietário do imóvel e o seu possuidor direto ou indireto são responsáveis por:

I - manter os dispositivos e sistemas de segurança contra incêndio e pânico em condições de utilização; e

II - adotar os dispositivos e sistemas de segurança contra incêndio e pânico adequados à efetiva utilização do imóvel.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS COMPETÊNCIAS DO CBMSC

Art. 10. Ao CBMSC compete o exercício do poder de polícia administrativa para assegurar o adequado cumprimento das normas de prevenção e combate a incêndio, inclusive por meio de:

I - ações de vistoria, de requisição e análise de documentos; e

II - interdição preventiva, parcial ou total, de imóvel; e

III - comunicação ao Município acerca das desconformidades constatadas e das infrações apuradas.

§ 1º A interdição prevista no inciso II do *caput* deste artigo pode ser aplicada pelo CBMSC como medida preliminar à apuração de infração administrativa quando o imóvel apresentar grave risco para a incolumidade das pessoas e/ou do patrimônio.

§ 2º Compete ao CBMSC discriminar em instrução normativa:

I - os sistemas e as medidas referidos no § 2º do art. 4º e no art. 5º desta Lei; e

II - os critérios que devem ser observados para o reconhecimento, em determinadas situações, da inviabilidade técnica ou econômica de determinado sistema ou medida; e

§ 3º As competências enumeradas nos incisos do *caput* deste artigo serão exercidas de forma concorrente com os Municípios.

#### CAPÍTULO V

##### DAS INFRAÇÕES

###### Seção I

##### Das Disposições Gerais

Art. 11. Este capítulo regulamenta a apuração das infrações e a aplicação de sanções pelo CBMSC quando no exercício de sua competência.

Parágrafo único. Fica facultado ao Município, no exercício da competência prevista no parágrafo único do art. 112 da Constituição do Estado, estabelecer em lei próprios procedimentos, inclusive recursais, para a apuração das infrações e aplicação das sanções pelos seus agentes públicos.

Art. 12. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas e técnicas concernentes às medidas de segurança e prevenção a incêndios e pânico.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração os bombeiros militares responsáveis pelas vistorias e fiscalizações.

§ 2º São autoridades competentes para instaurar processo administrativo os Comandantes das organizações do CBMSC.

§ 3º Constatando-se infração administrativa, qualquer pessoa poderá dirigir representação às autoridades previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 13. Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para segurança de pessoas e bens e para o meio ambiente; e

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de segurança contra incêndio e pânico.

Art. 14. O CBMSC, ao vistoriar imóvel sujeito a sua fiscalização e constatar qualquer irregularidade prevista nesta Lei ou em seu regulamento, expedirá notificação ao proprietário ou responsável pela edificação, identificará as exigências e fixará prazo para seu integral cumprimento, com vistas à regularização do imóvel.

Art. 15. As infrações serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições constantes desta Lei e de seu regulamento.

###### Seção II

##### Das Sanções

Art. 16. As infrações administrativas serão punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 13 desta Lei:

I - advertência;

II - multa;

III - embargo de obra;

IV - interdição parcial ou total; e

V - cassação de atestado de vistoria para habite-se ou funcionamento.

§ 1º Se forem cometidas simultaneamente 2 (duas) ou mais infrações, serão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º O embargo de obra será efetuado quando constatada a não conformidade da construção, reforma ou ampliação com as normas de segurança contra incêndio e pânico.

§ 4º A interdição, parcial ou total, será efetuada quando for constatado grave risco contra a incolumidade das pessoas e/ou do patrimônio em razão do descumprimento das normas de segurança contra incêndio e pânico.

§ 5º A cassação de atestado de vistoria para habite-se ou funcionamento será aplicada quando for constatado no processo administrativo que o infrator agiu com dolo e que o ato ocasionou grave risco à incolumidade das pessoas e/ou do patrimônio ou quando ficar caracterizado o descumprimento reiterado das determinações do Corpo de Bombeiros.

##### Subseção Única

###### Das Multas

Art. 17. A multa será aplicada sempre que o infrator, por culpa ou dolo:

I - quando notificado, deixar de sanar as irregularidades no prazo assinalado; ou

II - opuser embaraço à atuação do Corpo de Bombeiros.

Art. 18. As multas serão aplicadas de acordo com a seguinte gradação:

I - leve, para sistemas ou medidas parcial ou totalmente ineficientes: R\$ 200,00 (duzentos reais) por sistema e/ou medida;

II - média, para sistemas ou medidas inexistentes: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por sistema e/ou medida;

III - grave:

a) por deixar de apresentar projeto, de solicitar vistoria ou de submeter-se à fiscalização:

1. para os casos de análise de projetos ou de vistoria para habite-se: R\$ 600,00 (seiscentos reais); e

2. para os casos de vistoria de funcionamento: R\$ 1.000,00 (mil reais); e

b) por impedir ou obstruir:

1. vistoria para habite-se: R\$ 1.000,00 (mil reais); e

2. vistoria para funcionamento: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais); e

IV - gravíssima:

a) burlar ou tentar burlar a fiscalização, alterando parcial ou totalmente as características do imóvel ou dos dispositivos ou sistemas, com o intuito de induzir ou manter o vistoriador ou analista em erro: R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

b) realizar evento transitório, com reunião de público, sem proporcionar segurança contra incêndio e pânico regularmente prevista: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescidos de 10% (dez por cento) para cada 1.000 (mil) pessoas presentes no evento; e

c) violar imóvel interditado ou embargado: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º Aplica-se em dobro o valor da multa em caso de reincidência na mesma categoria, majorando-se em 50% (cinquenta por cento) seu valor a cada nova reincidência.

§ 2º O auto de infração deverá conter os dados do responsável pela edificação ou pelo evento, a natureza da infração, o valor da penalidade, a identificação do bombeiro militar que efetuou a autuação, o prazo para pagamento da multa e o prazo para regularização da situação em desconformidade.

§ 3º O prazo para pagamento da multa é de 30 (trinta) dias, contados da data da autuação.

§ 4º O prazo máximo para regularização é de 180 (cento e oitenta) dias, estabelecido a critério da autoridade que lavrar o auto de infração.

Art. 19. O pagamento da multa não exime o infrator do cumprimento das exigências desta Lei, das normas de segurança contra incêndios e das instruções normativas do CBMSC nem acarretará a cessação da interdição ou do embargo.

###### Seção III

##### Dos Recursos

Art. 20. Da aplicação da interdição preventiva estabelecida no inciso II do art. 9º desta Lei, é cabível pedido de suspensão ao Diretor de Atividades Técnicas do CBMSC.

Art. 21. Da imposição das sanções previstas no art. 16 desta Lei, são cabíveis os seguintes recursos:

I - recurso ordinário;

II - recurso especial; e

III - recurso extraordinário.

§ 1º O recurso ordinário deverá ser protocolizado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do auto de infração, dirigido à autoridade bombeiro militar que expediu o auto.

§ 2º Da decisão prevista no § 1º deste artigo, cabe recurso especial no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da decisão exarada no recurso de primeiro grau, à autoridade bombeiro militar imediatamente superior à autoridade que proferiu a decisão recorrida.

§ 3º É cabível recurso extraordinário ao Comandante-Geral do CBMSC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da decisão exarada no recurso de segundo grau, nos seguintes casos:

I - interdição; e

II - aplicação de multa gravíssima.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*